

INCONΦIDENTIA: Revista Eletrônica de Filosofia
Volume 09, número 18, Julho-Dezembro de 2025

DOSSIÊ
ARQUIDIOCESE DE MARIANA:
280 ANOS DE MEMÓRIA, LEGADO E FÉ

Faculdade Dom Luciano Mendes
Mariana - MG



Organizadores

*Cristiane Pieterzack
Edvaldo Antonio de Melo
Maurício de Assis Reis*

SUMÁRIO

Apresentação do dossiê: Arquidiocese de Mariana: 280 anos de memória, legado e fé..	2
“Sede perfeitos como perfeito é o vosso Pai”: a espiritualidade lazarista nas missões no Bispado de Mariana (1840 -1890).....	5
Morte na cartuxa.....	15
Dom Silvério Gomes Pimenta: publicações jornalísticas sobre sua difusão catequética e pastoral a partir de 1890	19
Elevação da Catedral Metropolitana de Mariana à dignidade de Basílica Menor- 60 anos	39
O Arquidiocesano e o Concílio: a recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana a partir do jornal <i>O Arquidiocesano</i>	52

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ: ARQUIDIOCESE DE MARIANA: 280 ANOS DE MEMÓRIA, LEGADO E FÉ

Celebrando os 280 anos de criação da Arquidiocese de Mariana (06/12/1745), a Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM), filha desta instituição quase tricentenária, tem a alegria de apresentar o novo número da Revista de Filosofia *Inconfidentia* (v.9, n.18). Trata-se de um Dossiê com artigos resultados do Projeto Memória¹, a saber, um projeto que visa resgatar a História da Arquidiocese ao longo de sua história: 280 anos de memória, legado e fé.

A Diocese de Mariana foi criada ao seis de dezembro de 1745 pela Bula *Candor Lucis Aeternae*, do Papa Bento XIV; e após cento e sessenta anos, a Diocese foi elevada à categoria de Arquidiocese, juntamente com o bispado de Belém do Pará, por meio do documento pontifício *Sempiternam Humani Generis*, do Papa São Pio X, em primeiro de maio de 1906.

A seguir apresentamos alguns artigos que compõem este Dossiê, resultado de pesquisas do Projeto Memória. No primeiro artigo, intitulado “*Sede perfeitos como perfeito é o vosso Pai*”: a espiritualidade lazarista nas missões no Bispado de Mariana (1840-1890), Thales Contin Fernandes (UnB) analisa a reforma religiosa promovida pelos padres lazaristas no Brasil oitocentista a partir do Colégio do Caraça. Argumenta-se que a espiritualidade da Congregação da Missão era propagada através de uma prática homilética rigidamente sistematizada, herdada de São Vicente de Paulo. Os sermões, caracterizados pela simplicidade estrutural e por um conteúdo que enfatizava temas como o juízo final e o inferno, visavam comover e instruir o povo rural, utilizando-se de recursos retóricos clássicos consagrados. A persistência desse modelo discursivo, evidenciada pela análise de manuscritos e relatos históricos, demonstra não apenas a coerência interna da congregação, mas também a permanência de um regime retórico de

¹ Visite o site do Projeto Memória: <https://projetomemoriaarquidiocese.faculdaadedomluciano.com.br/>

longa duração no catolicismo brasileiro, cujo estudo é fundamental para compreender o projeto reformista ultramontano no país.

Dando continuidade à história dos Padres Lazaristas e sua presença na Arquidiocese de Mariana, no segundo texto, *Morte na Cartuxa*, o Prof. Maurilio José de Oliveira Camello apresenta uma narrativa em forma de conto, em que personagem imaginário assiste aos últimos momentos e morte de Dom Viçoso, em sua casa de repouso em Mariana, a Cartuxa.

No terceiro artigo, intitulado *Dom Silvério Gomes Pimenta: publicações jornalísticas sobre sua difusão catequética e pastoral a partir de 1890*, Igor Alves Noberto Soares (PUC Minas) investiga a atividade pastoral e a contribuição catequética de Dom Silvério Gomes Pimenta por meio de publicações jornalísticas. Por meio de pesquisa exploratória, baseada na análise documental e revisão de literatura, foram estudados textos jornalísticos extraídos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para entender qual a projeção de Dom Silvério Gomes Pimenta no território mineiro através da publicação de suas cartas pastorais e notas sociais em jornais. Tal prática jornalística, atualmente em declínio, foi abundantemente utilizada por toda a vida de Dom Silvério, seja para comunicar-se com o povo de Deus na Arquidiocese de Mariana ou promover certa difusão pastoral em razão da disposição missionária de seus ensinamentos. A partir da pesquisa realizada, foi possível concluir pela realização de publicações em dois jornais específicos, com o maior número de citações, quais sejam, *O Apóstolo* (Rio de Janeiro) e *O Pharol* (Juiz de Fora), com evidente preocupação diante de questões atinentes às consequências sobre separação entre o Estado e a Igreja, à defesa dos padres mais idosos e a importância do Sacramento do Matrimônio.

No quarto artigo, intitulado *Elevação da Catedral Metropolitana de Mariana à dignidade de Basilica Menor - 60 anos*, o Prof. Mons. Roberto Natali Starlino (ITSJ) e Andrey Silvio Soares (FDLM) apresentam um estudo sobre o processo pelo qual a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Mariana, passou a ser Catedral Diocesana sob o título de Nossa Senhora da Assunção. Os autores nos convidam a olhar para a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Assunção, para a nossa “Arqui-mãe”, de onde diversas outras Dioceses e Arquidioceses nasceram, como uma dádiva tão grande que em 27 de novembro de 1963, o Papa Paulo VI, através do Breve *Erga almam Deiparam* elevou a Catedral de Mariana

à dignidade de Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção. Este artigo reúne as informações presentes no jornal *O Arquidiocesano*, órgão oficial de notícias da Arquidiocese, que do período de 1963 a 1964, relatou sobre a elevação outorgada e a instalação do título pontifício solenemente realizado, há 60 anos, em 23 de agosto de 1964, pelo arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira.

No quinto e último artigo, intitulado *O Arquidiocesano e o Concílio: a recepção do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana a partir do jornal O Arquidiocesano*, o Prof. Pe. Anderson Eduardo de Paiva (ITSJ / FDLM) e Guilherme Dias (FDLM) apresentam os resultados das pesquisas sobre a recepção do Concílio Vaticano II (1962-1965) na Arquidiocese de Mariana. Durante esse período, episcopado de Dom Oscar de Oliveira, circulava na Arquidiocese de Mariana o jornal *O Arquidiocesano*, fundado em 1959 e que permaneceu em circulação até 1994. No decorrer do Concílio, o órgão de comunicação oficial da Arquidiocese vinculava notícias, opiniões e comentários sobre as decisões conciliares. O Arcebispo, Dom Oscar, publicava constantemente suas impressões sobre o evento, orientando os fiéis arquidiocesanos. Neste artigo, os autores procuram, de modo sucinto, apresentar as opiniões deixadas no periódico, percebendo nessas matérias o espírito de aceitação ou a falta de compreensão das decisões conciliares, partindo dos escritos do Arcebispo e publicações acerca das diversas reformas e suas consequências, recorrendo, quando necessário, a outras obras e publicações para clareamento das situações. Sendo o Concílio o principal evento da Igreja Universal no século XX, considera-se oportuno trazer essa discussão aqui uma vez que é esse um assunto de pertinência no marco histórico dessa Igreja particular de Mariana.

Boa leitura!

Os Editores:

Cristiane Pieterzack

Edvaldo Antonio de Melo

Maurício de Assis Reis

“SEDE PERFEITOS COMO PERFEITO É O VOSSO PAI”: A ESPIRITUALIDADE LAZARISTA NAS MISSÕES NO BISPADO DE MARIANA (1840 -1890)

Thales Contin Fernandes*

Resumo: No século XIX, os padres lazaristas da Congregação da Missão, estabelecidos no Colégio do Caraça, protagonizaram um esforço de reforma religiosa no Bispado de Mariana, província de Minas Gerais. Este artigo analisa a reforma religiosa promovida pelos padres lazaristas no Brasil oitocentista a partir do Colégio do Caraça. Argumenta-se que a espiritualidade da Congregação da Missão era propagada através de uma prática homilética rigidamente sistematizada, herdada de São Vicente de Paulo. Os sermões, caracterizados pela simplicidade estrutural e por um conteúdo que enfatizava temas como o juízo final e o inferno, visavam comover e instruir o povo rural, utilizando-se de recursos retóricos clássicos consagrados. A persistência desse modelo discursivo, evidenciada pela análise de manuscritos e relatos históricos, demonstra não apenas a coerência interna da congregação, mas também a permanência de um regime retórico de longa duração no catolicismo brasileiro, cujo estudo é fundamental para compreender o projeto reformista ultramontano no país.

Palavras-chave: Retórica, lazaristas, Colégio do Caraça, Dom Viçoso.

Abstract: In the nineteenth century, the Lazarist priests of the Congregation of the Mission, established at the Caraça College, spearheaded an endeavor of religious reform in the Diocese of Mariana, in the province of Minas Gerais. This article examines the religious reform promoted by the Lazarist priests in nineteenth-century Brazil from the Caraça College. It argues that the spirituality of the Congregation of the Mission was propagated through a rigorously systematized homiletic practice, inherited from Saint Vincent de Paul. The sermons, characterized by structural simplicity and by content that emphasized themes such as the Last Judgment and Hell, aimed to move and instruct the rural populace, employing consecrated classical rhetorical devices. The persistence of this discursive model, evidenced by the analysis of manuscripts and historical accounts, demonstrates not only the internal coherence of the congregation, but also the endurance of a long-standing rhetorical regime within Brazilian Catholicism, whose study is essential for understanding the ultramontane reformist project in the country.

Keywords: Rhetoric, Lazarists, Caraça College, Dom Viçoso.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XIX, o Bispado de Mariana, na província de Minas Gerais, foi palco de um inédito esforço de reforma religiosa no catolicismo brasileiro. A partir do recém-fundado colégio na Serra do Caraça, os padres da Congregação da Missão (Lazaristas), protagonistas dessa ação reformista, dedicavam-se aos ordenamentos fundamentais de sua Congregação: pregar missões ao povo campesino e educar a juventude nos caminhos da fé romana. Conforme

* Graduado em história pela Universidade Federal de Viçosa (2016), mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2019), doutorando em história pela Universidade de Brasília com previsão de conclusão em 2025.

estabelecido por seu santo fundador, São Vicente de Paulo, essa comunidade destacou-se, desde o século XVII francês, por desenvolver missões que tinham esse público como alvo prioritário.

A fim de melhor cumprir esses desígnios, os lazaristas desenvolveram técnicas e práticas adaptadas ao seu ministério, as quais foram incorporadas aos cânones da Congregação e divulgadas aos coirmãos por meio de mecanismos perfeitamente discerníveis à análise histórica. Essa diretriz é particularmente visível na prédica lazarista, que, longe de ser um campo aberto ao engenho do locutor, seguia uma estrutura rígida, reveladora das práticas específicas da retórica sacra seiscentista.

Neste artigo, buscaremos analisar a estrutura e o conteúdo dos sermões lazaristas preservados no acervo do Santuário do Caraça, juntamente com relatos de sua atividade missionária na região, com o objetivo de elucidar os mecanismos de conservação e propagação das práticas espirituais próprias da Congregação da Missão. Os referidos sermões foram elaborados entre os anos de 1840 e 1841, na vigência do superiorato de Antônio Ferreira Viçoso, futuro bispo da diocese de Mariana. Embora a autoria dos volumes intitulados *Prática sobre os mandamentos para as Missões* (1840) e *Missões, Sermões e etc.* (1841) – escritos na caligrafia do então Superior – seja contestada pela historiografia especializada (Camello, 1986, p. 225), argumentaremos que a autoria individual é secundária à estrutura formal que orientava e sistematizava tais práticas.

A ESTRUTURA DOS SERMÕES

São Vicente de Paulo, em conferência realizada em 20 de agosto de 1655, dedicou-se às normas e princípios que deveriam guiar a atividade missionária lazarista. Parte considerável da mensagem versava sobre a instituição de um método oratório próprio, o *Petit Méthode* (Pequeno Método). Segundo o registro, os sermões por ele concebido tinham o objetivo de “mover à vontade e iluminar o conhecimento” (De Paulo, 2016, p. 265). Ao assim dispor seu método, Vicente o vincula ao modelo do orador ciceroniano, para quem a fala loquaz tinha como objetivo ensinar (*docere*), mover (*movere*) e deleitar (*delectare*). Contudo, este último elemento estava ausente da instrução vicentina, o que aproximava a retórica lazarista da autoridade de Tácito e Sêneca, para quem o ornamento elocutivo deveria ceder lugar à simplicidade e precisão (Fumaroli, 2009, p. 48 a 72). Tal recusa à função hedônica da prédica devia-se, entre outras

coisas, ao público-alvo dos sermões, descrito por manuais de retórica da época como incapaz de compreender discursos muito elaborados.

A simplicidade era, de fato, um imperativo. Para atingir esse fim, os sermões lazaristas eram compostos por três etapas: em primeiro lugar, os missionários deveriam “expor os motivos que deveriam tocar o ouvinte a amar a virtude e detestar o vício” (De Paulo, 2016, p. 267); em seguida, expunha-se em que consistia a virtude ensinada; e, por fim, o missionário precisava instruir os ouvintes acerca dos “meios para se chegar a tal virtude” (De Paulo, 2016, p. 267).

Divisamos essa normativa na seguinte passagem dos sermões encontrados no Caraça, onde o Superior Viçoso tratava da virtude do amor ao próximo:

Prestai-me, pois a vossa costumada, e continua atenção, porque para dar-vos uma completa ideia deste preceito vos explicarei no 1º ponto como estamos obrigados a amar o próximo, no 2º como estamos obrigados a manifestar este amor, que é o mesmo que dizer, que coisa devemos saber para amar de veras ao nosso próximo. (*Prática sobre os mandamentos*, 1840, p. 55).

Tal padrão se repete em muitos outros pontos do sermão, em que pese pequenas variações já previstas e autorizadas pelos documentos reguladores (De Paulo, 2016, p. 285). O arrolamento dessas práticas, exibido de forma tão explícita, não deixa dúvidas: trata-se de uma norma homilética sistematizada que revela uma longa tradição retórica.

Além da oratória latina de Cícero, Tácito e Sêneca, a eloquência vicentina vincula-se também à tradição clássica inaugurada por Aristóteles. Segundo o Estagirita, as provas do discurso poderiam se embasar em elementos da razão (prova pelo *logos*), na paixão promovida pelo discurso (prova pelo *páthos*) e no caráter do orador (prova pelo *ethos*) (Aristóteles, 2015, p.63). Na conferência, Vicente também orientou que seus missionários deveriam convencer os ouvintes pela sua santidade (De Paulo, 2016, p. 283), cumprindo a exigência imposta pelo próprio Cristo a seus discípulos: “sede perfeitos como perfeito é o vosso pai” (Mateus 5: 48). A pregação pelo *ethos* do orador era central na atividade missionária lazarista, pois, conforme relatou o Padre Brayda, os congregados eram conhecidos no Brasil como “os padres santos” (*Annales de la Congrégation de la Mission*, 1870, p.405).

DO CONTEÚDO

O conteúdo dos sermões do Caraça é outra evidência da permanência de elementos da oratória seiscentista e da instituição retórica consolidada no Ocidente. Não só o decoro deveria guiar a simplicidade estilística, mas também a escolha dos mecanismos de persuasão. Conforme vimos, além do caráter, o orador poderia convencer seu público através da exposição de formulações lógicas ou pelas emoções despertadas. Conforme instruía o manual de retórica do jesuíta seiscentista Emanuele Tesauro, uma das virtudes do bom orador era discernir quais recursos de prova eram mais apropriados para cada público. Tal público, visto mais por um paradigma tipológico/ideal do que empírico, dividia-se em duas categorias: aqueles que possuíam um intelecto de “aguda vista” e aqueles que viam “debilmente e como que de longe” (Tesauro, 2002, p. 167). Para esses últimos, formulações lógicas e demasiadamente elaboradas eram impróprias, enquanto as provas de persuasão pelo *pathos*, por outro lado, eram muito mais eficientes. Um exemplo desse último tipo é o recurso ao medo.

No volume intitulado *Missões, Sermões, etc.*, temas como a morte, o inferno, a massa de perdidos e o juízo ocupam a maior parte do documento. O risco da perdição eterna era, inclusive, abordado em conjunto com outros assuntos, como por exemplo, na ênfase dada à inevitável perdição daqueles que ignoravam os mistérios fundamentais da doutrina católica (*Prática sobre os mandamentos*^{1840, p. 51}). Admoestações como: “a morte do vosso corpo não só pode estar próxima, mas eminente” (*Missões, Sermões e etc.*, 1841, p. 71) constituem a tônica do sermão lazarista, dada a sua eficácia em captar a atenção do público, “movendo a vontade e iluminando o conhecimento”.

Seguindo os princípios da *Retórica* de Aristóteles e do *Orador* de Cícero, o oratoriano Bernard Lamy, contemporâneo de São Vicente de Paulo, defendeu em sua *La rhétorique, ou L’art de parler* que uma forma de excitar as paixões era trazer o objeto à tona, visto que a distância poderia obscurecer as percepções emocionais do público (Lamy, 1668, p. 145). Nos sermões do Caraça, há referências a teatralizações das penas eternas, como o desafio lançado pelos missionários ao público, para que depositassem sobre as chamas a mão, em troca de uma volumosa quantia (*Missões, Sermões e etc.*, 1841, p. 146 e 147). Diante da certa negativa, o pregador destacaria a loucura dos pecadores, dispostos a entregar seu corpo inteiro para as chamas infinitas, amiúde, por menores pagas (*Missões, Sermões e etc.*, 1841, p. 146 e 147).

Outra forma de trazer para diante dos olhos conceitos de difícil abstração era por meio do recurso às comparações. Para isso, o então Superior da Congregação lançou mão de lugares-comuns na oratória cristã, como no seguinte exemplo:

Ardem por tanto tempo aqueles infelizes, até que um pequeno passarinho bebendo cada ano só uma gota de água, chegue a esgotar um mui grande poço, depois um mui grande lago, depois, todos os rios e ultimamente todos os mares. No fim deste tempo terão eles ardido tantos anos, que já o nosso pensam.to se confunde com tal cálculo. [...] Continuará ainda o sopro de Deus! a avivar aquelas chamas, e arderão ales como fogo tão aceso, como se então começasse aquele voracíssimo incêndio. [...] Credes na eternidade ouvistes pois se credes, dizei-me, que efeito faz em vós estes pensamentos de eternidade das penas do Inferno, dizei-me por quem sois, que efeito vos causa este sempre e este para nunca mais (*Missões, Sermões e etc.*, 1841, p. 131).

Tal passagem emula tópicos da oratória da Época Moderna, como pode ser visto no *Guia Para os Pecadores* do Frei Luís de Granada, o qual afirmou que: “mais água sairia de seus olhos [dos condenados], que caberia em todo um mundo” (Granada, 2008, p.128 a 129). Essa obra, cuja leitura era estimulada pelo Santo Fundador, integrava a espiritualidade dos lazaristas, que eram incentivados a ler e possuir os textos do religioso espanhol (Forrestal, 2017, p.94).

A emulação de Granada também é perceptível em outras publicações vicentinas, como é o caso de *Thesouro do Christão*, publicado no Brasil em 1858, provavelmente de autoria de João Bartolomeu Cornaglioto. Nessa obra de profundo teor moralizante, o missionário valeu-se do mesmo *topos* retórico do leão como exemplo de gratidão, em contraste com a ingratidão humana, que não dava a paga devida ao sacrifício supremo do Criador¹. A analogia do leão como símbolo da gratidão, por sua vez, derivava de uma fábula de Apião na qual um leão, após ter sua pata curada por um homem, viria a encontrá-lo tempos mais tarde nas arenas de Roma, ocasião em que a temida fera poupou a vida de seu antigo benfeitor².

¹ “Se as feras indômitas, os cruéis leões e dragões agradecem os benefícios; se as águias e delfins amam a quem os ama; se os cães reconhecem e afagão a quem lhes faz bem; por que razão tu, ó homem, mais fero que as mesmas feras, não ama a quem tanto te ama; a quem te há feito tantos benefícios”. *Thesouro do Christão*. 1858, p. 106.

² “Oh, bestial ingratidão dos filhos de Adão, que tendo além da razão a figura de seu corpo direita, e os próprios olhos endereçados ao céu, não querem que os da lama vejam quem os faz tanto bem! [...]. Porque, que coisa mais fera que o leão? Pois descreve Apion, autor grego, que porque um homem que estava escondido em uma cova lhe tirou um espinho que trazia fincado no pé, o leão repartia com ele a cada dia a carne que caçava; e depois de muitos dias, sabendo este homem por seus malefícios jogado a este mesmo leão na praça de Roma, o leão começou a olhá-lo e o reconheceu, e chegou a ele amorosamente, fazendo-lhe as mesmas bajulações que faz um cão a seu senhor quando vem de fora. E depois disto andava atrás dele sem fazer mal a ninguém pelas ruas de Roma”. (Granada, 2008, p. 44).

A PRÁTICA DAS MISSÕES

Embora os sermões forneçam informações valiosas sobre a propagação, a formação e a consolidação da espiritualidade vicentina, eles não detalham a prática das missões em si, nem a forma como eram efetivamente pregados. O esforço historiográfico para analisá-las esbarra na escassez de fontes, dispersas em relatos locais e pessoais das inúmeras localidades visitadas pelos lazaristas. Nessa pesquisa, nos valem das informações levantadas pelos poucos trabalhos dedicados ao tema, com destaque para a Tese de Livre Docência de José Ferreira Carrato, de memórias escritas por ex-alunos do Caraça e pelos relatos dos próprios lazaristas, publicados internacionalmente através dos *Annales de la Congregation*, que divulgava as notícias resenhadas pelos missionários em campo, ao redor do mundo entre 1833 e 1963.

Acerca da recepção das missões vicentinas, Carrato apontou a crítica feita pelo jornal maçônico *A Astéria*, onde os autores acusaram os lazaristas de aterrorizar os “lavradores” e “velinhas beatas” dos povoados de Bom Sucesso e Santo Antônio do Amparo, na província de Minas Gerais, com “iminentes” “predicações de trovoadas, raios, grossas chuvas, pestes e fome (Carrato, 1970, p. 187). Apesar da conhecida hostilidade recíproca entre figuras ligadas à maçonaria e ordens católicas ditas ultramontanas, o relato não parece exagerado, considerando o conteúdo enfático dos sermões. Impressão parecida foi compartilhada por ex-alunos das casas administradas pelos lazaristas, como o Dr. Augusto da Costa Leite, em seu livro de memórias *Saudades e lembranças do Caraça*. Segundo ele, os sermões ministrados pelos congregados, especialmente nos retiros realizados no Colégio do Caraça, “versavam sobre diversos temas, tendo importância especial os seguintes: morte, juízo, inferno e paraíso, permitindo cada um, uma dissertação de mais de duas horas” (Leite, 1941, p.177).

Apesar da distância cronológica entre o relato do jornal (*A Astéria*, meados do séc. XIX) e as memórias de Augusto Leite (início do séc. XX), o depoimento do ex-aluno revela uma notável continuidade nas práticas missionárias lazaristas, corroborando a tese defendida neste artigo de uma prática oratória comum e sistematizada própria da Congregação. De fato, a descrição de Augusto Leite dá indícios de procedimentos comuns desde a época de fundação da Congregação, como a utilização de iluminuras do inferno, com vistas a ilustrar ao público os horrores que padecem os condenados (Leite, 1941, p.179)³. Segundo o estudante, o recurso ao

³ Em uma carta enviada a Antônio Portail em 1648 o fundador da Congregação lista os objetos levados as missões da seguinte maneira: “Embora não seja necessário dinheiro, nessas regiões, para viver, contudo, senhor Padre, a

medo e à culpabilização intensificava-se na proximidade das confissões, visando impressionar os alunos a ponto de levá-los a revelar os pecados mais recônditos (Leite, 1941, p. 177 a 178).

Os relatos apresentados pelos lazaristas nos *Annales de la Congregation*, todavia, não enfatizam esses aspectos, sendo o conteúdo pregado nas missões quase ausente. Neles, a ação dos congregados é descrita em tons heroicos, buscando enfatizar a carência das populações locais, que afluíam aos religiosos em grande número para se confessar (*Annales de la Congrégation de la Mission*, 1881, p. 437 e 438). Dada a escassez de missionários e a vastidão do território, algumas adaptações às práticas europeias eram necessárias. Em um relato de 11 de fevereiro de 1881, o padre Michel Sipolis destaca que, em Minas Gerais, as missões lazaristas duravam uma semana e eram conduzidas por quatro missionários, os quais não realizavam “qualquer cerimônia, nem procissões, nem grandes missas”, limitando-se à “primeira comunhão das crianças, com a renovação das promessas do batismo e da consagração à Santíssima Virgem” (*Annales de la Congrégation de la Mission*, 1881, p. 437 e 438). Conferências “em forma de diálogo”, explica o padre, seriam inúteis nessa região, onde “não havia incrédulos a se convencer”, motivo pelo qual os missionários ocupavam sua noite com a catequese, seguida do sermão e das confissões, descritas como um desiderato dos lazaristas (*Annales de la Congrégation de la Mission*, 1881, p. 437 e 438).

Embora não haja registros dos sermões pregados nessas missões (os de Dom Viçoso antecedem o relato em quarenta anos), não temos motivos para supor que fossem muito distintos daqueles ministrados por esses mesmos religiosos em seus colégios. Além do mais, a moral rigorosa, o controle das pulsões naturais e o desprezo pelas coisas do mundo (*contemptus mundi*) faziam parte da espiritualidade vicentina, estando presentes nas *Regras ou Constituições Comuns da Congregação*. O próprio Superior Antônio Ferreira Viçoso, ao exortar seus coirmãos em carta circular, definia os lazaristas como herdeiros de uma tradição que conciliava o pessimismo em relação ao mundo, típico das ordens monacais, com a necessidade de salvá-lo, conforme o legado dos santos missionários⁴.

Companhia mandou que vos enviássemos cem escudos de ouro para as necessidades que podem sobrevir. Enviar-vos-emos também uma maleta completa, dois rituais romanos, duas pequenas Bíblias, dois exemplares do Concílio de Trento, dois Binsfeld, estampas de todos nossos mistérios, que servem maravilhosamente para levar essa boa gente a compreender o que se lhe quer ensinar, e que eles gostarão de olhar”. (De Paulo, 2016, p. 346)

⁴ “Ó Senhores e caríssimos irmãos, que virtudes e que ciências bastarão para o desempenho de tantos deveres nosso! São-nos necessários em casa silêncio, o retiro, a regularidade de um anacoreta e nas missões o zelo semelhante ao do Santo Xavier. Estes sentimentos e doutrinas, com que nos criaram, agora mias que nunca, se nos

CONCLUSÃO

Em vista do que foi disposto, algumas considerações finais se impõem. A prática das missões, a estrutura e o conteúdo de seus sermões são, como demonstramos, um elemento próprio da espiritualidade lazarista. Contudo, isso não implica exclusividade. Jean Delumeau demonstrou que o rigorismo moral, a culpabilização, o recurso ao medo e a crença na “multidão dos perdidos” eram elementos comuns na pregação cristã entre os séculos XII e XIX (Delumeau, 2003). Pelo contrário, as práticas lazaristas evidenciam a permanência de um regime discursivo que prosperou no mundo letrado europeu, desde a Antiguidade Clássica greco-romana até o alvorecer da era romântico-burguesa nos séculos XVIII e XIX. Nesse contexto, como lembra Roger Chartier, vigorava a dinâmica das publicações coletivas, anônimas e compartilhadas, nas quais a autoria individual e a inventividade ainda não haviam se consolidado (Chartier, 2014, p. 10).

Identificar elementos desse regime discursivo na oratória lazarista nas Minas oitocentistas evidencia a persistência dessas práticas, que coadunam com os princípios clássicos que regiam a educação lazarista (Andrade, 2000, p. 10 e 81), zelosa pela preservação de uma concepção de civilidade ocidental. Compreender essa dinâmica ajuda a lançar luz sobre as atividades reformistas desses agentes, cuja importância para a história do catolicismo no Brasil contrasta com a atenção historicamente reduzida que lhes foi dada pela academia.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. **Dom Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX**. 1986. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

fazem necessários e devem ser indelévels da nossa memória. ‘Cartuxos em casa, apóstolos nas aldeias’ e parece que, em grandes letras, o deveríamos ter escrito em nossos cubículos. Trabalhemos de mão comum para a obra de Deus! Silêncio, penitência, oração, lição, mortificação e etc; grandes coisas se nos pedem, maiores se nos prometem [...] Maria Santíssima, em cuja casa principiou a germinar este pequeno ramo da Congregação, os santos Anjos Custódios de nossa Casa, São Vicente, nosso Pai, todos os santos missionários e anacoretas nos consigam do céu a graça da nossa vocação” (Camello, 2001, p. 79 a 80).

CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. “Biografia Documentada do Servo de Deus D. Antônio Ferreira Viçoso”. Primeira parte do **Positio Super Virtutibus et fama sanctitatis servi dei Antoni Ferreira Viçoso**. Roma: Vaticano, 2001.

CARRATO, José Ferreira. **O Caraça Português**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad: George Schlesinger. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: A culpabilização no ocidente (séculos 13-18)**. Vol 1. Bauru: EDUSC, 2003.

FORRESTAL, Alison. **Vincent de Paul, the Lazarist Mission, and French Catholic Reform**. New York: Oxford University Press, 2017.

FUMAROLI, Marc. **L’âge de L’Éloquence: rhétorique et “res literária” de la renaissance au seuil de l’époque classique**. Genève: Librairie Droz S.A, 2009.

Fontes

Annales de la Congrégation de la Mission (Congregation of the Mission). Volume 46: 1881.

Annales de la Congrégation de la Mission (Congregation of the Mission). Volume 35: 1870.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.

GRANADA. Frei Luís. **Guia para pecadores: a riqueza da virtude e o caminho para alcança-la**. Trad: Stella Maris Baygorria. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil. 2008.

LAMY, Bernard. **La rhétorique, ou l'art de parler. Par le R. P. Bernanrd Lamt. Prêtre de l'Oratoire**. Troisième édition. Paris: Andre Pralard. 1688.

LEITE, Augusto da Costa. **Saudades e lembranças do Caraça**. São Paulo: Empresa Gráfica da Tribuna de Minas LTDA, 1941.

Missões, Sermões e etc. ASC, [Encadernação moderna de 326 páginas]. Manuscrito escrito por Pe. Viçoso em 1841.

Prática sobre os mandamentos. ASC, [armário de D. Viçoso, pinacoteca do Caraça] Manuscrito escrito por Pe. Viçoso em 1840.

TESAURO, Emanuele. II Giudico. In: I Panegirici Sacri del Motolo Reverendo Padre Emanuele Tesauro. Torino: 1633. (Tradução em português “O Juízo. Discurso Acadêmico”, por João Adolfo Hansen). In: CANIATO, Bnilde Justo; MINÉ, Elza (Coord. e Ed). **Abrindo Caminhos. Homenagem a Maria Aparecida Santilli**. São Paulo: Área de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, 2002.

Thesouro do Christão. Dedicado aos alunos do seminário do Império do Brasil. Segunda edição. [o exemplar encontra-se na biblioteca da PUC Minas na cidade de Belo Horizonte e não possui preservada a página da data nem da cidade de publicação. Número de Chamada: 248.143. T413.

VICENTE DE PAULO, Santo. **Obras completas São Vicente de Paulo: correspondências, colóquios, documentos, tomo XI.** Organizado por Pierre Coste; tradução de Getúlio Mota Grossi. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 2016.

MORTE NA CARTUXA

Maurilio José de Oliveira Camello*

Resumo:

Narrativa em forma de conto, em que personagem imaginário assiste aos últimos momentos e morte de Dom Viçoso, em sua casa de repouso em Mariana.

Résumé :

Récit sous forme de conte, dans lequel un personnage imaginaire assiste aux derniers instants et à la mort de Dom Viçoso, dans sa maison de retraite à Mariana.

A noite de julho foi caindo fria pelas encostas do Itacolomy e uma profusão de vagalumes tentavam iluminar, desde a primeira escuridão, aquelas paragens silenciosas em que o bispo havia construído sua casa de campo. Na realidade era mais que uma casa de campo. Era um retiro, um lugar afastado da azáfama em que se via enredado no palácio episcopal, tendo que atender a dezenas de pessoas que o procuravam, desde a procissão de pobres da cidade (e os havia muitos, incontáveis, desde que a penúria se instalara naquelas terras do ouro) até o pessoal eclesiástico, vigários, cônegos, candidatos ao seminário, freiras, e os agentes da administração civil, que desciam de Ouro Preto para consultas, entrega de correspondência e até as monótonas visitas oficiais. Sem se falar nos que não se anunciavam e vinham trazer ao bispo seus problemas familiares, suas dificuldades financeiras, quando não para uma simples visita de cortesia, já que todos se julgavam seus íntimos amigos. No fundo, ele era mesmo responsável por toda aquela procura, jamais deixando quem quer que fosse sem uma palavra, sem uma ajuda, uma expressão qualquer de amizade. Seus auxiliares olhavam tudo aquilo com apreensão, pois viam sua saúde enfraquecer-se dia a dia, sua tosse agravar-se, sua progressiva falta de memória adiar medidas ou interromper o que não podia esperar. Quando decidia retirar-se para a “Cartuxa”, todos respiravam aliviados. Ali, na casa sobradada, cercada pela horta que ele

* Licenciado em História da Igreja pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, mestre em Filosofia e doutor em História social pela Universidade de São Paulo. Professor aposentado da UFMG. Participou da edição da *Correspondência de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1823-1875)*, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Brasília).

mesmo plantara, com o lago de São Bruno ao fundo, podia respirar o ar puro, e fruir do silêncio que quisesse. E foi ali, naquela solidão, que decidiu viver seus últimos dias, como confidenciara ao Padre Matos: “Meu amigo, *advesperascit*. Chegou minha hora. Dizem que os elefantes escolhem o lugar para morrer. Escolhi o meu e é lá em cima”.

Encosto-me no fogão de lenha que o Sebastião deixou aceso. O feijão está cozinhando numa panela de pedra, enquanto noutra a água para o banho se aquece. É preciso ter sempre água quente tanto para a hora do parto como para a da morte. A cozinha está mal iluminada com o lampião que as Irmãs doaram, mas mesmo assim é possível ver as sombras e reflexos. De vez em quando chega-se a ouvir a respiração difícil, quase o estertor do moribundo. O Padre Matos reveza com Mons. Augusto nos cuidados, mas sentem que o fim está muito próximo. Já foram feitas as últimas orações, dada novamente a extrema-unção, e o bispo deu sua bênção para a diocese, os amigos, as meninas órfãs da Casa da Providência. Está morrendo. Fico aqui pensando, eu que fui seu antigo fâmulos e assistente, como deve ser a morte de um homem como esse. Ele se dedicou de corpo e alma ao serviço divino. Pelo menos desde que o conheci, não pude pensar outra coisa a seu respeito senão que era um santo. Hoje, depois de tantas idas e vindas de minha vida, fico me perguntando o que é ser santo. Se vale a pena. Uma barata veio descendo da esteira do teto e não sei se por medo, ao ver-me, arrepiou caminho e voltou à fuligem do forro. O que é ser santo? Quero pensar nesse objeto, que o Sr. bispo dizia ser o mais importante, para quem campeia por este vale de lágrimas. Se não achar resposta, os anjos não poderão dizer que não procurei.

O bispo não ficou de todo livre das ocupações, quando subiu ao retiro da Cartuxa. Havia coisas que não se podiam ocultar-lhe. E uma das mais penosas foi a notícia de que o Vigário Castro voltara à sua antiga mancebia. Essa história vinha sangrando seu espírito desde dez anos, quando em visita à freguesia do Casca descobrira a situação verdadeira do vigário. Não que ignorasse, pois alguém, daqueles confins, lhe mandara uma carta anônima, com a informação e os detalhes. A bem dizer, cartas anônimas é o que mais recebia a respeito de seus padres ou daquelas pessoas que, de algum modo, participavam da administração eclesiástica, como fabriqueiros, esmoleres, presidentes de associações e irmandades. Pouquíssimos vinham à sua presença para reclamações claras e assumidas. Esses mineiros de cuja salvação se incumbiu há trinta anos eram gente boa, mas como gostavam de penumbra! O que mais saiu de notável na carta recebida a respeito do Vigário Castro fora o tom. A acusação vinha irônica, cheia de malícia, por que não dizer cheirava a ódio - que Sua Excelência não se enganasse quanto àquele lobo voraz das ovelhinhas mais tenras do rebanho, e até na falta dessas não deixava no olvido ovelhas mais banhudas e experimentadas. Em vez do pábulo espiritual, o bispo podia muito bem imaginar o que o arrematado conquistador lhes dava. Enfim, como já dizia um antigo apotegma: “de padres não faz mal muita distância e respeito”. Apotegma? Quem poderia no Casca escrever uma palavra dessas? Não importava. O certo é que, estando na freguesia, não foi

difícil tirar tudo a limpo. O Castro vivia com manceba teúda e manteúda. Fora preciso chamá-lo à disciplina, para reconhecer-se como pecador público. Jurou com muitas lágrimas a mudança de vida. O fruto do juramento foi trazer mais uma barregã para dentro de casa; agora tinha duas e a primeira com filhos. E de onde tirava recursos para esta vil proeza? O bispo lhe mandou de imediato a suspensão de ordens e que viesse para o seminário fazer penitência. E já, pois sua alma corria gravíssimo risco de se perder e a suas companheiras. E ainda se fosse apenas o negócio do Castro, mas havia também outras prementes necessidades, como o abaixo-assinado por mais de um capítulo desrespeitoso e malcriado de alguns figurões da freguesia de Pinheiro, contra o Vigário Teles do Vale, tido como turbulento e que lançava mão dos anátemas canônicos contra os adversários da política liberal, “pseudo sacerdote, que com a mais requintada hipocrisia, e ardilosas trapaças, vai iludindo ao nosso venerando Prelado”. O que estaria fazendo por aquelas roças o patrício vigário Vale? Valha-nos Deus. E por cima dessas dores de cabeça ainda afligia a dor maior, a situação dos bispos presos no Rio de Janeiro, santos homens meio estouvados, especialmente o mais novo, que se meteu numa camisa de sete varas e deixou aos tapas o governo e a Igreja. O venerando prelado, na expressão das ovelhas agitadas de Pinheiro, sempre dissera aos homens do governo o que quisesa, às vezes até com energia, mas sabia onde punha os pés e o modo. Que naqueles tempos havia muito a preservar do conúbio entre os poderes, ou antes, para usar a expressão do Cônego Santos, as duas sociedades perfeitas. Mas as nuvens se amontoavam na linha do horizonte e podia vir uma tempestade dos diabos, na mais exata expressão desse termo, porque só podia ser obra do demônio subverter a ordem criada por Deus. Velho, já recolhido ao lugar da sua morte, o prelado já não podia fazer grandes coisas nesse capítulo, a não ser meter os joelhos calejados no chão e orar. E ralar-se.

Estamos todos no quarto para assistir o momento supremo. Monsenhor Augusto foi muito claro. Nosso pai está morrendo, disse ele em voz baixa. Na realidade, o anjo da morte já fez a devastação que podia e devia fazer, como é de sua função, neste corpo antigo. Já não se vê mais nenhuma carne no rosto, outrora belo e solene. Os olhos vivos afundaram-se no seu côncavo e se apagaram. Já não brilham mais de ternura, como tantas vezes pude ver, quando tratava com as crianças abandonadas da casa das Irmãs. Ou de ira, quando percebia a tramoia ou canalhice em que algum deputado provincial queria enredá-lo para obter favores nas freguesias da diocese. O santo homem está morrendo. Dizem alguns teólogos que neste agora a alma vê tudo com enorme clareza. A vida se lhe passa diante e o futuro se oferece como aposta. É o minuto, ou talvez menos, da grande decisão. Tenho que neste caso já tudo está muito decidido, as opções foram feitas e mantidas há muitos anos, tanto que o corpo não acusa nenhuma comoção, está quieto como um campo à beira do crepúsculo. Mesmo as crises de respiração passaram, enquanto o pulso está praticamente mudo. O coração do meu prelado e padrinho vai chegando ao

último silêncio. O Padre Matos murmura aos ouvidos do moribundo a palavra final de Cristo: “In manus tuas, Domine, commendo spiritum meum”, e junta: “redemisti me, Dominus Deus veritatis”. A respiração diminui mais ainda. Um gemido - quase que um suspiro de alívio, vem-lhe do fundo do peito. A palidez do rosto, o queixo totalmente caído e duas lágrimas que correm dos olhos. O padrinho está morto. Mons. Augusto cerra-lhe os olhos com dedos trêmulos. Observo que ele e o Padre Matos choram. O negro Sebastião também não segura os soluços e o tremor de seus ombros me impressiona. “Deus veritatis”. As palavras latinas como que martelam dentro de minha consciência. Sinto a cabeça doer.

O bispo veio a morrer na noite de 7 de julho, entre dez e onze horas. A casa foi toda iluminada de candeias e velas e mandou-se um fâmulos à cidade para dar a notícia, que, de fato, era por todos esperada. Pela meia noite os sinos das igrejas começaram a tocar, principiando por nove badaladas, e seguindo-se os dobres, sem interrupção pelo resto do dia.

O Padre Matos, Mons. Augusto e eu prestamos os últimos serviços que de nós reclamava seu cadáver. O Padre Matos, querendo repetir costumes de Portugal, segundo disse, sugeriu um banho de água e vinho e no momento que despimos o corpo, achei-o muito branco, de uma brancura cuído que luminosa, como não é de se ver em cadáveres. O monsenhor que é seu tanto místico murmurou: “é como uma hóstia consagrada”. Não me ocorre nenhuma emoção muito forte, apenas o pensamento de que, com a morte do padrinho, acabou uma fase de minha vida. Há dois meses estou em sua companhia, praticamente à sua ordem, mas devo dizer também que para observá-lo desesperadamente. Vim para ver. Se toquei um extremo, queria agora tocar o outro. Não de ideias e doutrinas, que valem muito pouco, mas de realidade. Então esta morte não me lança na sensação de perda, que é natural para quem tudo deveu a ele (inclusive, que Deus me perdoe, a desgraça do caminho percorrido). Vim para assistir, por assim dizer, à missa final, onde o sacerdote e a vítima eram a mesma pessoa. Vou precisar de tempo para avaliar se esses dois meses me saíram de proveito ou de danação. Por enquanto resta-me estar na vizinhança deste sacramento. “Deus veritatis”.

Na capela da Cartuxa, foi celebrada uma missa de corpo presente. Após a cerimônia, os fâmulos depositaram o corpo do falecido bispo numa rede e começaram a descer para a cidade. Era como uma enorme procissão. Muitas pessoas que, alertadas pelo toque dos sinos, haviam subido até a Cartuxa, iluminavam com suas velas, lampiões e lamparinas, a estrada por onde descia o cortejo e ninguém se importava com o frio intenso, naquele começo de madrugada.

Não sei se os vagalumes, pisca-piscando ao nosso lado, cuidam mais de iluminar as nossas mentes ou a estrada, por onde descemos, nesta noite tão clara e tão sombria de julho.

DOM SILVÉRIO GOMES PIMENTA: PUBLICAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE SUA DIFUSÃO CATEQUÉTICA E PASTORAL A PARTIR DE 1890

Igor Alves Noberto Soares^{*}

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo analisar a atividade pastoral e a contribuição catequética de Dom Silvério Gomes Pimenta por meio de publicações jornalísticas, seja com o fim de demarcar dados biográficos importantes sobre sua trajetória junto à Arquidiocese de Mariana ou compreender sua missão formativa junto ao Povo de Deus. Esse enfrentamento teve como despertar inicial a dúvida sobre qual o primeiro negro nomeado ao episcopado brasileiro, e, diante da amplitude oriunda de tal investigação, o nome de Dom Silvério Gomes Pimenta é referendado em tal condição. Por meio de pesquisa exploratória, baseada na análise documental e revisão de literatura, foram estudados textos jornalísticos extraídos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para entender qual a projeção de Dom Silvério Gomes Pimenta no território mineiro por meio da publicação de suas cartas pastorais e notas sociais em jornais. Tal prática jornalística, atualmente em declínio, foi abundantemente utilizada por toda a vida de Dom Silvério, seja para comunicar-se com o povo de Deus na Arquidiocese de Mariana ou promover certa difusão pastoral em razão da disposição missionária de seus ensinamentos. A partir da pesquisa realizada, foi possível concluir pela realização de publicações em dois jornais específicos, com o maior número de citações, quais sejam, *O Apóstolo* (Rio de Janeiro) e *O Pharol* (Juiz de Fora), com evidente preocupação diante de questões atinentes às consequências sobre separação entre o Estado e a Igreja, à defesa dos padres mais idosos e a importância do Sacramento do Matrimônio.

Palavras-Chave: Dom Silvério Gomes Pimenta. Catequese. Pastoral. Publicação. Jornal.

Abstract: This research was based on analyzing the pastoral activity and catechetical contributions of Dom Silvério Gomes Pimenta through journalistic publications, either to demarcate important biographical data about his trajectory within the Archdiocese of Mariana or to understand his formative mission among the People of God. This discussion initially sparked the question of who the first black person was appointed to the Brazilian episcopate. Given the breadth of this investigation, Dom Silvério Gomes Pimenta's name is endorsed in this capacity. Through exploratory research, based on documentary analysis and literature review, journalistic texts extracted from the Digital Newspaper Library of the National Library were analyzed to understand Dom Silvério Gomes Pimenta's influence in Minas Gerais through the publication of articles and social media posts in newspapers. This journalistic practice, now in decline, was extensively used throughout Dom Silvério's life, whether to communicate with the people of God in the Archdiocese of Mariana or to promote pastoral outreach based on the catechetical approach of his teachings. Based on the research conducted, it was possible to conclude that publications in two specific newspapers received the highest number of citations: *O Apóstolo* (Rio de Janeiro) and *O Pharol* (Juiz de Fora), with evident concern for issues related to the consequences of the separation of Church and State, the defense of older priests, and the importance of the Sacrament of Marriage.

Keywords: Dom Silvério Gomes Pimenta. Catechesis. Pastoral. Publication. Newspaper.

^{*} Doutor e Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, instituição na qual concluiu os cursos de Bacharelado em Direito e em Filosofia. Professor dos Cursos de Graduação e Especialização da Afya Sete Lagoas e da PUC Minas. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri, do Núcleo de Pesquisa Redes de Direitos Humanos e do Instituto de Ciências Penas. Advogado. E-mail: igor.ansoares@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

As comemorações dos 280 anos da Arquidiocese de Mariana, a *Primaz de Minas*, cujo júbilo requer o resgate da cultura e das tradições do povo católico, precisam ser precedidas de narrativas sobre os nomes históricos de sua formação – entre eles, decerto, o menino Silvério, seu nono bispo e primeiro arcebispo. Dom Silvério Gomes Pimenta, nascido no ano de 1840 em Congonhas do Campo, foi uma das figuras mais luminosas na história da Igreja Católica e do Brasil. De ascendência africana e família humilde, sua formação intelectual e religiosa, marcada pela sensibilidade pastoral e pelo profundo compromisso catequético com o Povo de Deus, tornou-o homem capacitado ao diálogo entre as diversas realidades sociais. Dom Silvério, portanto, também foi notado como um escritor de imensa sensibilidade, cujo zelo com a defesa do pensamento livre e a valorização da cultura culminaram em seu ingresso definitivo na Academia Brasileira de Letras.

Dom Silvério viveu num tempo de desafios e transformações socioestatais, e, por isso, sua vida foi definitivamente marcada pelo testemunho de amor e fé por meio da busca por educação qualidade e da valorização da palavra impressa, seja fidelizada em cartas, publicações jornalísticas ou sermões, verdadeiros instrumentos de evangelização e profusão de uma nova identidade à então Diocese de Mariana. Não por menos, sua presença na imprensa nacional e seu empenho em orientar o pensamento católico brasileiro fizeram dele um verdadeiro semeador de novos comportamentos diante dos momentos de fragilidade institucional.

O interesse em escrever sobre Dom Silvério tem origem em uma pesquisa sobre a criação da Diocese de Teófilo Otoni e o esbarrar com a informação de que Dom José Maria Pires, outro nome do profético episcopado brasileiro e latino-americano, fora o primeiro homem negro ordenado bispo *in terrae brasilis*. Essa informação é deveras relevante, mormente pela representatividade do episcopado no contexto pós-abolição da escravatura e na construção da democracia brasileira a partir da Proclamação da República.

Por meio de pesquisa exploratória, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, foram lidos dois jornais específicos, quais sejam, o periódico *O Apóstolo: periódico consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, do Rio de Janeiro, e o periódico *O Pharol*, de Juiz de Fora, com publicações entre 1890 e 1899. A escolha dos

dois compêndios jornalísticos não foi aleatória, mas o critério de inclusão teve por fundamento a vastidão de citações quando da consulta ao nome “Silvério Gomes Pimenta” na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, mais precisamente 175 e 117 ocorrências, respectivamente. Por isso, os dois jornais anteriormente destacados são aqueles com o maior número de citações ao presbítero.

Considerando a coleta de dados realizada, é possível concluir pela existência de um perfil intelectual reconhecido nacionalmente, com a projeção de comentários e notícias capazes de demonstrar a entronização social de Dom Silvério Gomes Pimenta na formação do pensamento naquele momento histórico. No mesmo sentido, alguns comentários pastorais encontrados evocam temas importantes ao contexto da época, retratados em recorte posterior à ordenação episcopal de Silvério, entre eles a separação entre Estado e Igreja, a situação dos padres idosos sem auxílio capaz de satisfazer às suas necessidades e a defesa intransigente do matrimônio ante a proibição de realizar o casamento religioso antes do ato civil.

Para bem cumprir os seus preceitos metodológicos, este artigo está organizado em dois capítulos. No primeiro, foram alicerçados os traços biográficos de Dom Silvério a partir de seu nascimento, o seu desenvolvimento enquanto seminarista e presbítero, e, por fim, os elementos importantes de sua vida nas entranhas da (Arqui)Diocese de Mariana. No segundo capítulo, por fim, Dom Silvério foi retratado em virtude de sua relação com o episcopado e a criação da República, pois foi o primeiro bispo ordenado no Brasil após o fim do regime monárquico, e, por isso, as publicações jornalísticas estudadas demonstraram a singularidade de Dom Silvério na vida cotidiana brasileira no contexto da defesa da fé e de uma pastoral-catequética capaz de demonstrar sua fiel opinião sobre os rumos da Igreja e do próprio Brasil.

2. TRAÇOS BIOGRÁFICOS

O menino Silvério Gomes Pimenta nasceu no dia 12 de janeiro de 1840, em Congonhas do Campo, à época um distrito da cidade de Ouro Preto,¹ lugar já conhecido pelas festas

¹ Por força da Lei n. 843, de 7 de setembro de 1923, o distrito de Congonhas do Campo foi desvinculado administrativamente da cidade de Ouro Preto e anexado à cidade de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete. Noutro tempo, com a edição do Decreto-Lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938, Congonhas do Campo foi devidamente emancipado e tornou-se um município, cujo limite geográfico foi formado a partir do

romarias em devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos e pelo notório conjunto artístico esculpido por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, com destaque às obras dos *Passos da Paixão* e dos *Profetas*. O menino, o primeiro filho de Antonio Alves Pimenta e Porcina Gomes de Araújo, teve quatro irmãos nascidos na seguinte ordem, qual seja, Maria, Matheus, Emília e Jacyntha, e recebeu o Sacramento do Batismo na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo. O nome *Silvério*, escolhido para qualificar o recém-nascido, seguiu o costume praticado por diversas comunidades cristãs e homenageou o seu avô materno (Oliveira, 1940).

Os traços biográficos de Dom Silvério foram compilados em diversas obras, e, no presente artigo, foram considerados os contributos de Monsenhor Aypio Odier de Oliveira, do clero da Arquidiocese de Mariana, em publicação realizada no ano de 1940 para comemorar o centenário de nascimento de Silvério. Aliás, no momento de publicação dos recortes biográficos de Dom Silvério pelo Monsenhor Aypio Odier de Oliveira, a senhora Jacyntha ainda estava viva e acompanhou parte dos festejos em homenagem ao centenário de nascimento do irmão.

Dom Silvério teve origem extremamente humilde, sem qualquer proveito econômico oriundo de herança ou bens terrenos capazes de trazer à família uma vida confortável, mas o berço familiar foi indispensável para traçar os elementos fundamentais da fé católica em torno da participação da Eucaristia e da vida comunitária. Ainda em Congonhas, à época um distrito de Ouro Preto, Silvério estudou o curso primário com os Professores Antônio Gurgel e Manuel Seabra, cujo elogioso reconhecimento ao desenvolvimento do menino foi importante para despertar lúcida inteligência e maturidade ainda na precocidade de tenra idade.

Aos nove anos, órfão de pai e sem recursos para persistir nos estudos, Silvério viu-se compelido ao trabalho de subsistência familiar em estabelecimentos comerciais. Por intermédio de seu padrinho e tio, o Alferes Manoel Pimenta, Silvério recebeu autorização dos padres lazaristas para estudar, na condição de estudante externo, no *Collegio de Congonhas*. Tal educandário, localizado nas cercanias do Santuário do Senhor Bom Jesus

desmembramento territorial de Conselheiro Lafaiete e de Ouro Preto. Por meio da Lei n. 336, de 27 de dezembro de 1948, o Município de Congonhas do Campo teve o nome alterado para Congonhas, simplesmente, cuja designação se mantém mesmo após uma consulta popular sobre o retorno à antiga nomenclatura (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2025).

de Matosinhos, despertou em Silvério o gosto pela catequese e pelas aulas ministradas naquela instituição, com cuidado para desvencilhar-se das companhias errantes ou perder tempo senão no estudo, evento suficiente para vislumbrar o seu despertar vocacional diante da devoção ao Senhor Bom Jesus. Silvério dedicava-se com afinco ao trabalho doméstico em sua casa, aos fins de semana e dias de feriado, inclusive com inigualável zelo no cuidado aos irmãos menores (Oliveira, 1940), motivo pelo qual conseguiu conciliar as atividades formativas com a assistência familiar. Não são raras as lembranças sobre a entrega de Silvério aos estudos, ao mesmo passo de sua hercúlea tentativa de superar as contradições da fome, da extremada pobreza e do preconceito racial, cuja situação fez de Silvério uma pessoa adaptável à realidade, mas não menos desejosa de vencer os obstáculos colocados em seu caminho. Por ocasião da falta de energia elétrica, por exemplo, o garoto recorria até mesmo à luz dos estabelecimentos comerciais para não perder a oportunidade de concluir as tarefas escolares.

Imagem 1. Casa onde morou o menino Silvério em Congonhas do Campo



Fonte: Arquivo Público Mineiro (2025)

Em 1855, diante do encerramento das atividades do *Collegio Congonhas*, Silvério dedicou-se ao serviço de sapateiro. Naquele mesmo ano, por suporte de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana e seu padrinho de Crisma, Silvério foi recebido no Seminário de Mariana, cuja origem pobre não o impediu de servir à formação e à dedicação às atividades próprias do lugar. No dia 20 de agosto de 1855, Silvério enviou

carta a Dom Antônio Ferreira Viçoso, então Bispo de Mariana, cuja resposta está devidamente datada de 2 de setembro daquele mesmo ano. Na oportunidade, Dom Viçoso respondeu positivamente sobre o ingresso de Silvério no Seminário Diocesano, onde seria possível ver qual ocupação o jovem tomara, e ainda informou sobre um cavalo à sua disposição conduzido pelo Padre Lima até Brumado (ou até *Suassuy*). O padrinho ainda enviou ao afilhado a quantia de 10\$000 (provavelmente dez mil réis) e vaticinou: "Deus o acompanhe, e cá o espero quanto antes. Não aperte muito o cavallinho para não se affrouxar, ou se pisar. Marianna, aos 2 de setembro de 1855. Servo e padrinho Antonio Bispo" (sic) (Oliveira, 1940, p. 10).

Durante os anos no Seminário de Mariana, o jovem Silvério, agora com 15 anos de idade, foi devidamente conhecido por sua aplicação à leitura, ao estudo de línguas e ao trato com conhecimento erudito, oportunidade na qual fez voto de dedicar-se aos estudos em detrimento das oportunidades de descanso ou lazer, motivo pelo qual Silvério destacou-se dos demais ao desenvolver importante bagagem cultural. Por mais de uma década, e desde os 17 anos (Trindade, 1945), Silvério exerceu o ofício de Professor de História Universal e Língua Latina no Seminário de Mariana, inclusive durante os anos de sua formação teológica, e, antes disso, laborou na condição de porteiro daquela instituição. Ali também curou as dificuldades na fala, em razão de uma gagueira contornada com muito esmero, e foi um dos autodidatas mais reconhecidos na história do Seminário, o que fez de Silvério um exímio orador e um seminarista notabilizado por suas habilidades e apurada inteligência (Oliveira, 1940).

Considerando a idade de 22 anos, o seminarista Silvério recebeu dispensa da Santa Sé no tocante ao cumprimento da idade mínima para ordenação presbiteral, qual seja, de 25 anos – definida desde o Concílio de Trento, encerrado em 1563 – tendo em vista a destacada formação intelectual e maturidade vocacional. Segundo as regras da época, a primeira tonsura de Silvério foi realizada em 10 de abril de 1857, com a ordenação diaconal realizada em 21 de abril de 1862. Silvério Gomes Pimenta foi ordenado presbítero no dia 20 de julho de 1862, pela imposição das mãos de Dom Antônio Ferreira Viçoso, em celebração ocorrida na Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Sabará, por ocasião de uma visita pastoral do Bispo Diocesano àquele território (Oliveira, 1940).

Após sua ordenação, Padre Silvério persistiu com sua residência no Seminário de Mariana, mormente pela importância de sua atividade junto à formação dos demais padres e seminaristas sobre o adequado uso das línguas e dos aspectos litúrgicos. Silvério também possuía íntima atenção para com as crianças, cuja aproximação foi reconhecida, futuramente, nas diversas visitas pastorais realizadas. Por complemento, Padre Silvério nunca se afastou de sua missão catequética e pastoral, cuja força foi devidamente experienciada nas palavras proferidas durante todas as celebrações e festividades católicas presididas por ele naquela ocasião.

Diante da necessidade de tratamento, mormente por constantes dores na cabeça, Padre Silvério acompanhou o Padre João Baptista Cornagliotto em viagem à Europa, pela primeira vez, em 1864, a fim de ver-se livre das perturbações de saúde. Na ocasião, o Padre Silvério encontrou-se com o Papa Pio IX, em amistoso encontro professado em comunhão e verdadeira fraternidade, cujos conhecimentos sobre assuntos gerais e línguas surpreenderam o Sumo Pontífice e aos cardeais ali presentes. Em razão das diversas histórias narradas, é válido lembrar a relação entre Silvério e a expressão "*niger sed sapientes*" (Oliveira, 1940, p. 17), em tradução livre "*negro, porém sábio*". Para alguns biógrafos, a frase teria sido proferida por um cardeal em razão da surpreendente eloquência do presbítero brasileiro, como se fosse possível desacreditar da inteligência do presbítero tão somente em razão de sua cor. Tal frase, segundo narrado pelo próprio Padre Silvério, nunca foi proferida e não passou de uma fantasia popular (Oliveira, 1940), mas tal testemunho foi reproduzido por pessoas presentes naquele encontro. Por outro lado, a negativa de Silvério sobre o episódio preconceituoso pode ser percebida como uma tentativa de não acirrar os ânimos ou criar desavenças, conduta muito provável de um homem subserviente ao diálogo.

Em suma, alguns acontecimentos importantes antecederam o episcopado de Dom Silvério Gomes Pimenta. De volta ao Brasil, Silvério repousou entre a atenção de sua família e a rotina junto ao Seminário de Mariana: acordava às 4h da manhã, meditava a Via Sacra e presidia a celebração da Santa Missa. Naquela ocasião, Padre Silvério também assumiu a catequese dominical, evento importante para reforçar a transmissão do conhecimento pastoral e teológico. Em 1873, sob as bênçãos de Dom Viçoso, Padre Silvério fundou o *Jornal O Bom Ladrão*, de periodicidade trimestral, com o fim de amparar temas gerais

para formar as pessoas na prática da fé católica, fato indispensável para vincular Silvério à imprensa.

3. AS PUBLICAÇÕES DE DOM SILVÉRIO: CATEQUESE E MISSÃO

Quando do falecimento de Dom Viçoso em 7 de julho de 1875, o Padre Silvério foi eleito Vigário Capitular, cuja função estar-se-ia vinculada à manutenção da administração do Governo da Diocese em razão da ausência de seu bispo. Naquela ocasião, Silvério reiterou a prática de seu padrinho contra a escravidão, seja a partir do controle sobre a participação das atividades religiosas ou de atos contrários à dignidade humana dos também filhos e filhas Deus. O Padre Silvério também manteve a querida prática denominada *Páscoa dos Presos*, ocasião na qual uma imagem de Jesus Sacramentado era conduzida em procissão até o cárcere e, em comunhão, o Evangelho recebia partilha para trazer conforto e refúgio aos corações inquietos (Arquidiocese de Mariana, 2025).

Com a nomeação e entrada de Dom Antônio Maria Correia de Sá e Benevides ao Bispado de Mariana, em 1877, o Padre Silvério foi designado seu Vigário-Geral, e, na oportunidade, demonstrou relevantes préstimos na consolidação das mais diversas atividades administrativas e de gestão da nova realidade local. A partir de 1888, a saúde de Dom Benevides definhou de vez, e, em razão de uma atrofia nas mãos, evento limitador até mesmo para presidir a celebração da Santa Missa ou realizar tarefas cotidianas, Padre Silvério foi nomeado Visitador Diocesano pela Santa Sé e recebeu autorização para administrar o Santo Crisma, dado importante para permitir a chegada da representação do Bispado e persistir nas práticas sacramentais perante todo o território diocesano. Em 1881, o então Padre Silvério Gomes Pimenta foi agraciado com a destacada Comenda da Ordem de Cristo, e, em 1887, foi nomeado pelo Papa Leão XIII como Protonotário Apostólico *ad instar participanteium* (Pimenta, 1912), espécie de título honorífico concedido por Sua Santidade aos padres não pertencentes à Cúria de Roma. Entre outras distinções, o padre galardoado com tal distinção receberia o título de *Monsenhor*, teria precedência entre os prelados de determinada localidade e poderia usar determinadas vestes litúrgicas.

O Monsenhor Silvério Gomes Pimenta, diante do quadro de saúde de Dom Benevides e gozando de verdadeiro prestígio junto à Igreja Católica, foi devidamente nomeado Bispo

Auxiliar de Mariana e Titular de Camaco, na Armênia, por meio de bula publicada no dia 26 de junho de 1890 pelo Papa Leão XIII. A sagração episcopal do Padre Silvério Gomes Pimenta foi devidamente realizada no dia 31 de agosto de 1890, em São Paulo, em razão de outra ordenação marcada naquela localidade (do Padre Manoel dos Santos Pereira, nomeado Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia) e da reunião dos membros do episcopado brasileiro. O sagrante principal foi Dom Pedro Maria de Lacerda, então Bispo da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro e amigo de Silvério, de quem foi professor de Teologia, sendo consagrantes Dom Antônio Cândido Alvarenga e Dom Joaquim José Vieira (Arquidiocese de Mariana, 2025).²

Não há informações mais precisas sobre o local da sagração, mas o Monsenhor Alypio Odier de Oliveira (1940) indicou o Seminário da então Diocese de São Paulo como o lugar determinado da sagração episcopal de Dom Silvério, o mesmo local onde foi oferecido um jantar em comemoração ao momento celebrativo. No Jornal *O Pharol*, de Juiz de Fora, em publicação do dia 31 de agosto de 1890, consta a seguinte informação: "deve ser sagrado amanhã, na cathedral de S. Paulo, o coadjutor do bispado de Marianna, monsenhor Silverio Gomes Pimenta" (sic), inscrição na qual há três equívocos. Dom Silvério foi sagrado bispo justamente no dia 31 de agosto de 1890, um domingo, e não no dia 1º de setembro daquele mesmo ano – o jornal noticiou *o dia de amanhã* como aquele do ato sagrante. No mesmo sentido, Dom Silvério foi nomeado Bispo Auxiliar da Diocese de Mariana, e não precisamente um Bispo Coadjutor, com direito à sucessão quando do falecimento de Dom Benevides, tanto é que aguardou a segunda nomeação para tomar posse enquanto Bispo Titular da Diocese – Sua Excelência, inclusive, assinou as suas cartas na condição de *Bispo de Camaco, Auxiliar de Marianna*. Por fim, Dom Silvério não foi ordenado na Catedral de São Paulo, mas na Capela do Seminário, fato encontrado em outra edição do *Jornal O Apóstolo* (Biblioteca Nacional, 2025, [s.p.]).

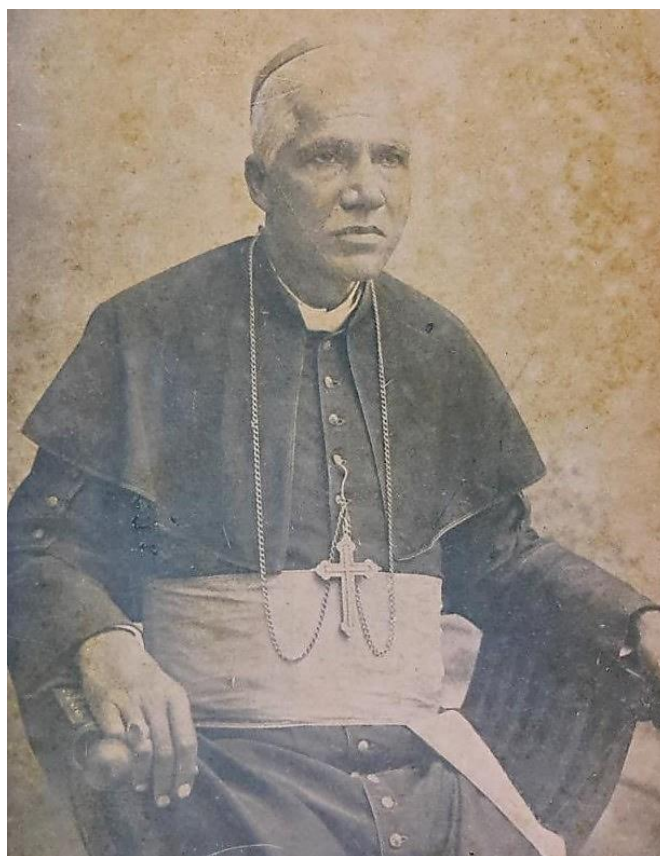
Dom Silvério foi o segundo membro do episcopado brasileiro nascido no território da então Diocese de Mariana (Dom João Antônio dos Santos, nascido em São Gonçalo do Rio Preto, foi sagrado o primeiro bispo da Diocese de Diamantina, em 1864, por Dom Viçoso), o primeiro negro brasileiro a alcançar o episcopado e o primeiro bispo ordenado

² Na atualidade, considerando o episcopado enquanto *terceiro grau* do Sacramento da Ordem, a celebração destinada à ordenação de um bispo é denominada de *ordenação episcopal*, e não mais *sagração episcopal*. A palavra *sagração*, com suas derivações, foi mantida em razão do contexto histórico retratado no presente artigo.

após a Proclamação da República, no mesmo dia da ordenação de Dom Manoel dos Santos Pereira. De fato, quando da publicação de um estudo sobre a Diocese de Teófilo Otoni (Soares, 2020), foi possível compreender a indicação de Dom Silvério Gomes Pimenta, e não do estimado Dom José Maria Pires, na condição de primeiro membro negro do episcopado brasileiro, cuja história é importante para retratar a superação da cultura escravagista presente pelas mais diversas instituições nacionais.

Em 9 de maio de 1895, a rogo de Dom Benevides, Dom Silvério viajou a Roma, a fim de representar o Governo do Bispado em uma visita *ad limina Apostolorum*, espécie de visita ao Santo Padre com o dever de prestar contas da administração diocesana (Pimenta, 1912) e periodicidade quinquenal, atualmente, obrigação de todos os membros do episcopado em função eclesiástica – portanto, excluídos os eméritos.

Imagem 2. Dom Silvério Gomes Pimenta



Fonte: Dom Joaquim Silveira de Souza (1927)

Diante do falecimento de Dom Benevides, Dom Silvério foi eleito Vigário Capitular com o gozo da conhecida função administrativa, e, posteriormente, foi nomeado Bispo da Diocese de Mariana no dia 3 de dezembro de 1896, por meio de bula lavrada por Leão

XIII, com concorrida entrada solene no dia 16 de maio de 1897. No ato, participaram diversas autoridades civis e eclesiásticas, entre elas o próprio Chrispim Jacques Bias Fortes, Presidente do Estado de Minas Gerais, seus secretários e demais membros dos *poderes* legislativo e judiciário. Por meio da *Sempiternum Humani Generis*, já sob papado de Pio X, datada de 1º de maio de 1906, a Diocese de Mariana foi elevada à condição de Arquidiocese, e, na oportunidade, Dom Silvério Gomes Pimenta foi nomeado o seu primeiro Arcebispo (Trindade, 1945). Conforme publicação no *Jornal O Arquidiocesano*, de 30 de julho de 1967, a imposição do pálio episcopal, espécie de paramento vestido sobre a casula e próprio dos arcebispos, ocorreu em solene celebração realizada no dia 6 de agosto de 1907, na Sé de Mariana, com a presença de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (o primeiro cardeal da América Latina), de outros membros do episcopado mineiro e do Brasil, de membros das congregações, do clero marianense e de inúmeros fiéis leigos, além de João Pinheiro da Silva, Presidente do Estado de Minas Gerais e ex-aluno de Silvério, a quem competiu saudar os presentes e Sua Excelência durante um jantar oferecido no Seminário de Mariana (Oliveira, 1940; Biblioteca Nacional, 2025).

O início da caminhada episcopal de Dom Silvério coincide com o reforço sistematizado de promover a catequese, o que foi concretizado também por meio de suas *Cartas Pastorais*, assim compreendidas exortações sobre assuntos da Igreja Católica devidamente publicadas entre 1890 e 1922. Tais publicações foram essenciais para difundir o carisma da Diocese de Mariana por diversas realidades brasileiras, mas, mais precisamente, junto ao povo dessa circunscrição eclesiástica. Contudo, além de dedicado professor e exímio orador, Dom Silvério publicou outras obras, entre elas *A prática da confissão* (1873) e a biografia *D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição* (1876), compêndio em homenagem ao entusiasta de sua entrada no Seminário Diocesano e carinhoso padrinho.

Não por menos, em 28 de maio de 1920, Dom Silvério tomou posse na cadeira de n. 19 da Academia Brasileira de Letras, o primeiro presbítero brasileiro a atingir tal instituição, ocasião na qual foi saudado pelo jornalista e poeta Carlos de Laet. Em seu discurso de posse, entre as narrativas sobre o Alcindo Guanabara, o seu antecessor na cadeira 19, e as descobertas oriundas da alocação de Sua Excelência em sodalício de natureza literária, Dom Silvério fez verdadeira ode à imprensa, “benefício providencial de Deus”,

oportunidade na qual narrou: “a imprensa é o flagelo da tirania, e é o poder mais temido que conhecem os poderes da terra, os quais dela têm mais medo do que das armadas e dos exércitos” (Academia Brasileira de Letras, 2025, [s.p.]).

Imagem 3. Dom Silvério entre os imortais da Academia Brasileira de Letras



Fonte: Arquivo Público Mineiro (2025)

Até este ponto, cuidamos de traçar dados biográficos e expor as habilidades intelectuais de Dom Silvério, em tentativa redentora de demonstrar os feitos de um jovem humilde, cuja caminhada, até a data de seu falecimento, em 30 de agosto de 1922, foi marcada por extremada capacidade de diálogo, injustas indiferenças por sua cor e superação das dificuldades da administração (arqui)diocesana. Contudo, e nos termos do presente trabalho, resta-nos compreender como Dom Silvério comunicou-se com as diversas realidades de seu tempo, inclusive em matéria de organização estatal, com o uso das publicações em jornais de circulação local e nacional.

Por meio de pesquisa exploratória, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, foram lidos dois jornais específicos, quais sejam, o periódico *O Apóstolo: periódico consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, do Rio de Janeiro, e o periódico *O Pharol*, de Juiz de Fora. A escolha dos dois compêndios jornalísticos não foi

aleatória, mas, como critério de inclusão, teve por base a vastidão de citações ao nome de “Silvério Gomes Pimenta” na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, mais precisamente 175 e 117 ocorrências, respectivamente. Não seria possível retratar todas as publicações, mas destacam-se três frentes: a ruptura entre Estado e Igreja após a Proclamação da República, a defesa do Sacramento do Matrimônio e a proteção dos presbíteros idosos.

A primeira publicação de *Carta Pastoral* consultada data de 5 de maio de 1891, publicada no *Jornal O Apóstolo*, e versou sobre a preocupação de Dom Silvério quanto à criação de caixas e espaços de assistência aos padres idosos e pobres em verdadeira mendicância, mormente pela inexistência de casas de familiares onde poderiam buscar repouso ou a construção de instalações dignas perante as freguesias (Silvério, 1891c). Essa carta foi devidamente escrita no dia 24 de fevereiro de 1891 e foi publicada de forma fragmentada nos dias 26 de abril, 29 de abril e 25 de maio daquele mesmo ano.

A preocupação de Dom Silvério também possuía explicação histórica. Com o advento da República e o fim de regime do padroado sustentado pelo Império do Brasil, as instituições do Estado e da Igreja foram separadas, a fim de reforçar a definição de *Estado Laico* presente na Constituição de 1891 e a consequente impossibilidade de adoção de um credo oficial ou o financiamento de cultos pelo Estado. De pronto, o fim do padroado também afastou a obrigação de o Imperador nomear bispos ou padres ao serviço eclesiástico no território brasileiro, marcando o fim de um privilégio pessoal do monarca para ditar, pelo dever e pela moralidade, os rumos da própria Igreja Católica (Santini, 1974).

Aliás, o assunto retratado anteriormente traz à baila a segunda parte da *Carta Pastoral* consultada, com publicação no dia 26 de abril de 1891, sobre a separação entre Estado e Igreja. Isso porque o Governo Provisório, constituído logo após a Proclamação da República, tratou de estancar a relação amistosa e harmônica, segundo Dom Silvério, entre as instituições deixadas à humanidade pelo Criador, pois, com “uma suffreguidão digna de melhor causa decretou o governo seu divórcio com a religião dos brasileiros, quebrou os laços que, para a felicidade do mesmo Estado, deviam estreital-o com a Egreja, julgou-se isento de cumprir as obrigações solmnes que a nação contrahio de

sistentar o culto catholico em compensação dos bens da Egreja que incorporara aos do Estado” (sic) (Pimenta, 1891a, [s.p.]).

Considerando tal ruptura, segundo Dom Silvério, a situação de indiferença também se vinculou ao fim do parco subsídio encaminhado à Igreja pelas instituições do regime imperial então vigente. A preocupação do presbítero, contudo, não se concentrava na mera dimensão financeira, pois a Igreja encontraria meios para manter seu culto, seus templos e a vida de seus clérigos a partir das doações e esmolas dadas por seus fiéis. No fragmento da carta publicado no dia 29 de abril, reiterando o teor das outras duas partes, Dom Silvério esteve atento à dimensão espiritual capaz de impelir fiéis à doação de recursos para manter as atividades da Igreja Católica perante todo o território nacional (Pimenta, 1891b, [s.p.]), bem como ao perecimento de uma dimensão moral-religiosa de escolas e instituições dominadas por outras manifestações de fé.

Por ocasião da publicação do dia 5 de maio, Dom Silvério exortou a criação e nomeação de comissões para angariar subsídios para suprir necessidades, oriundos de parte das esmolas recolhidas, cujos nomes deveriam ser publicizados para pleno conhecimento dos fiéis. Os vigários em cada freguesia deveriam gastar 1/5 do montante, conforme as orientações das comissões para atingir os objetivos da Carta Pastoral, cujo conteúdo deveria ser lido às comunidades de fiéis para fidelizar a doação ao progresso da Igreja Particular.

Na mesma toada, a exortação incentivava a ação das freguesias no sentido de manter fundos capazes até mesmo de permitir o pagamento de côngruas, assim denominado os recursos financeiros destinados aos padres, a fim de prover-lhes subsistência. Portanto, vaticinou Dom Silvério: “sede generosos com os vossos Pastores, não lhes prestando só o que determina o estatuto diocesano, mas abrindo as mãos um pouco mais com eles. Concorrei com um pouquinho do que Deos vos deu”. De fato, conforme narrado, a Proclamação da República pôs fim ao regime do padroado e à manutenção do culto católico pelo Estado, motivo pelo qual os diversos organismos católicos empreenderam na tarefa de angariar fundos para persistir, inclusive, no serviço já realizado em educandários e hospitais católicos (Pimenta, 1891c, [s.p.]).

Ou seja, com ardor administrativo e conhecimento da realidade diocesana, o fim do regime do padroado foi contornado por Dom Silvério a partir de dupla iniciativa: recordar a manutenção do culto e dos templos católicos antes mesmo de tal realidade e incentivar as doações entre fiéis para persistir as atividades ao longo do território da Diocese de Mariana. Na publicação do dia 26 de abril de 1891, por exemplo, Dom Silvério foi capaz de indicar exemplos de benfeitorias realizadas pelos próprios fiéis na Freguesia de Sant'Anna do Capivary e na Freguesia de Baependy, lugares nos quais os eclesiásticos contavam com diversas doações realizadas pelo Povo de Deus. Na primeira localidade, o vigário ali servidor recebia cômgrua maior do que aquela vislumbrada em outras freguesias, e, no segundo lugarejo, a quantia era suficiente até mesmo para erigir educandários para formar jovens pobres (Silvério, 1891a).

Na publicação do dia 29 de abril, por exemplo, não faltaram argumentos para arregimentar doações de fiéis. Os valores dispensados pelos fiéis serviriam para suprir as necessidades primárias das capelas e freguesias – inclusive o ponto de vista material, além de contribuir para reduzir o chamado “ateísmo” das escolas, difundir a fé cristã entre as famílias, prestar assistência às pessoas empobrecidas, remediar as misérias, manter o Seminário Diocesano e aumentar o número de padres em razão da extensão territorial da Igreja Particular (Silvério, 1891b). Esse ponto merece atenção, pois está submetido às limitações geográficas oriundas da faraônica dimensão do território diocesano. A então Diocese de Mariana, naquele contexto, possuía território ainda mais alargado, pois inexistiam todas as circunscrições eclesiásticas localizadas nas regiões centro-oeste, zona da mata e sul de Minas Gerais, inclusive nos territórios das atuais Arquidiocese de Belo Horizonte, Arquidiocese de Juiz de Fora, Arquidiocese de Pouso Alegre e das Dioceses da Campanha, de Divinópolis, de Itabira-Coronel Fabriciano, de Leopoldina e de São João Del Rei, por exemplo.

Outro ponto versa sobre a defesa do Sacramento do Matrimônio. Na edição n. 44 do *Jornal O Apóstolo*, publicada em 22 de abril de 1891, foi divulgada carta escrita pelo Padre Antônio Corrêa Lima, da Paróquia de Santa Rita de Cássia de Viçosa, remetida ao Ministro da Justiça do Brasil, no sentido de inferir sobre a obediência à circular de Dom Silvério Gomes Pimenta, datada de 3 de fevereiro do mesmo ano. No referido documento, Dom Silvério exortou aos vigários de toda a Diocese de Mariana na manutenção da celebração de casamentos religiosos, com a ministração do Sacramento do Matrimônio,

independentemente de ato civil realizado anteriormente no chamado *Cartório de Paz*. Tal obrigatoriedade seria uma imposição a partir do resultado de uma consulta realizada pelo Governo do Rio de Janeiro, ao Ministro da Justiça, cuja obrigatoriedade se desenhou em mera resposta ao Chefe do Executivo e não por força de lei (Biblioteca Nacional, 2025). Em razão de um casamento celebrado antes do ato civil, o Padre Corrêa Lima viu-se processado por flexibilizar tal obrigatoriedade não prevista em lei, e, em sua carta, evocou a liberdade religiosa e o princípio da legalidade para concluir, logicamente, se a República tão somente reconhecesse o casamento civil, qual seria a importância de celebrar o ato religioso antes ou depois do civil?

Nas edições do *Jornal O Pharol*, de Juiz de Fora, não há publicações literais sobre as cartas pastorais de Dom Silvério, muito menos outra difusão catequética de sua autoria, mas a vida pastoral de Sua Excelência restou devidamente consignada em todas as edições consultadas. Qualquer fosse a simples parada ou a viagem para atividades pastorais e sacramentais no território de Juiz de Fora, Dom Silvério virava notícia e preenchia as colunas sociais do referido recorte jornalístico. É possível inferir, nesse sentido, a importância da imagem de Dom Silvério enquanto bispo e pessoa na construção de uma identidade demarcada pelo território diocesano, pois a sua presença também agitou a própria normalidade das cidades e vilas visitadas na síntese do encontro (Biblioteca Nacional, 2025).

Por tudo isso, é possível inferir o compromisso de Dom Silvério com a administração diocesana antes mesmo de sua ordenação episcopal e consequente posse no Governo da Diocese de Mariana, dado mensurável pela diversidade de funções ocupadas e a confiança da estrutura maior da Igreja Católica sobre seu trabalho. Além disso, Dom Silvério Gomes Pimenta segue eternizado por oportunizar grandes feitos na Diocese de Mariana, seja no empenho para sua elevação à Arquidiocese, sendo dela o seu primeiro Arcebispo, ou o incansável trabalho para satisfazer as mais variadas necessidades daquela circunscrição eclesiástica, inclusive da criação de outros espaços católicos destinados à redução do sofrimento humano. Dom Silvério foi responsável por reorganizar as instituições diocesanas, inclusive o Cabido dos Cônegos e o Seminário, com vistas à proteção do patrimônio da circunscrição eclesiástica de Mariana, inclusive para sanar pendências com os poderes locais e incutir nova cultura intelectual ao Povo de Deus.

Ainda quando a sinodalidade parecia distante, Dom Silvério tratou de organizar o primeiro *Synodo Diocesano*, iniciado em 11 de julho de 1903 na Catedral de Nossa Senhora da Assunção de Mariana, evento no qual foram travados importantes debates sobre a fé católica, a ministração dos sacramentos, a organização dos bens eclesiásticos e as relações entre os párocos (Oliveira, 1940). Dom Silvério Gomes Pimenta conheceu todo o território da Diocese de Mariana, e, inclusive, atuou ativamente para desmembrar territórios e pugnar pela criação de novas circunscrições eclesiásticas, entre elas as atuais Arquidiocese de Belo Horizonte e Diocese de Luz (à época, Diocese do Atterrado), por exemplo, criadas em 11 de fevereiro de 1921 e 8 de julho de 1918, respectivamente.

Diante das confluências da República, Dom Silvério soube dialogar com a realidade de seu tempo. Ainda quando Vigário Geral da Diocese de Mariana, o então Padre Silvério atuou com veemência para garantir justa manutenção e reconstrução da Matriz da Boa Viagem após a desapropriação de cemitérios e templos pertencentes à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral d'El Rey para construir a nova capital após decisão do Governo Estadual e sob a atenção da companhia construtora. O compromisso firmado em nome de Dom Benevides com Affonso Penna, então Presidente do Estado, demonstra o prestígio de Silvério para com as autoridades estaduais na defesa dos interesses da Diocese de Mariana. Nesse sentido, merece atenção, já em 1912 e na condição de Arcebispo de Mariana, as tratativas de Dom Silvério para vender ao Governo do Estado a gleba de terra intitulada *Fazenda da Primavera*, localizada em Sete Lagoas, onde pretendia colonizar e construir um colégio – mesmo sob resistência de alguns.

Vale lembrar, por fim e não menos importante, a defesa de Dom Silvério contra o regime escravocrata presente no Brasil, mormente pela existência da obra *A vida de Dom Viçoso*, escrita pelo então Padre Silvério Gomes Pimenta (2020). Em que pese destinação da obra ao retrato biográfico de Dom Antônio Ferreira Viçoso, a questão escravocrata foi devidamente rechaçada na publicação sob dois aspectos: a escravização é um pecado em virtude de sua imoralidade e um verdadeiro atentado ao primado da igualdade oriunda da humanização trazida por Cristo. No *Jornal O Bom Ladrão*, por exemplo, e nas mais diversas práticas de fé criadas por Dom Silvério, há passagens contrárias às contradições vislumbradas por meio da escravidão, motivo pelo qual a defesa dos desamparados por seus senhores foi um posicionamento de Silvério em meio à sociedade de seu tempo,

motivo pelo qual sua elevação ao episcopado enquanto primeiro negro, no Brasil, traz contornos ainda mais relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim de participar das comemorações dos 280 anos da Arquidiocese de Mariana e empreender louvores a Deus por presente tão distinto, o presente artigo expôs alguns traços biográficos de Dom Silvério Gomes Pimenta, a fim de compreender sua importância na construção da identidade desta circunscrição eclesiástica, bem como a relevância de sua produção intelectual para esmerar a formação do clero, o desenvolvimento das vocações presbiterais e a esmerada proteção ao patrimônio diocesano.

Considerando a consulta à página da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foram encontrados dois jornais com edições publicadas entre 1890 e 1899, quais sejam, *O Pharol* de Juiz de Fora e *O Apóstolo* do Rio de Janeiro. A leitura de tal acervo foi essencial para perquirir quais as estratégias utilizadas por Dom Silvério Gomes Pimenta quando da profusão da fé católica e da formação catequética do povo de Deus. Por meio de diversas publicações jornalísticas, foi possível concluir pela existência de um perfil administrativo totalmente inovador, baseado na gestão de pessoas e na proteção ao patrimônio diocesano, bem como uma postura preocupada com a manutenção do culto mesmo após o fim do regime do padroado.

Ou seja, Dom Silvério Gomes Pimenta, amante da imprensa e das línguas, usou dos meios de comunicação para atingir toda a circunscrição eclesiástica de Mariana com diversos assuntos atinentes à fé, entre eles a defesa do Matrimônio, a proteção aos padres idosos e a prática da doação junto aos organismos da Igreja para manter o culto. O perfil intelectual de Dom Silvério, condutor de sua posse junto à Academia Brasileira de Letras, também foi essencial para liderar a Diocese de Mariana nas veredas do culto católico e na construção de uma administração com capacidade estratégica, capaz de reduzir os possíveis danos oriundos da separação entre Estado e Igreja.

Enquanto pessoa de origem humilde e com antepassados oriundos de África, a história de Dom Silvério Gomes Pimenta, o primogênito de uma família empobrecida e recebedora

do apoio de muita gente, serve de paradigma para pensar a importância da formação intelectual na vida de clérigos e de pessoas leigas na superação do preconceito. Portanto, a celebração dos 280 anos da Arquidiocese de Mariana perpassa pelo resgate de seus vultos históricos, razão pela qual o ministério de Silvério Gomes Pimenta precisa ser festejado enquanto exemplo de entrega ao projeto de Deus e de memória afetiva pela defesa da cultura da *Primaz* de Minas.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dom Silvério Gomes Pimenta**: discurso de posse. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/silverio-gomes-pimenta-dom/discurso-de-posse>. Acesso: 15 nov. 2025.

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **Projeto Memória** – Dom Silvério. Disponível em: <https://projetomemoriaarquidiocese.faculdadedomluciano.com.br/episcopado/dom-silverio-gomes-pimenta/>. Acesso: 21 ago. 2025.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Acervo Iconográfico**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/. Acesso: 12 nov. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Legislação Mineira**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/>. Acesso: 20 ago. 2025.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 nov. 2025.

OLIVEIRA, Alypio Odier. **Traços biográficos de Dom Silverio Gomes Pimenta no centenário do seu nascimento**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1940.

PIMENTA, Olympio Marques. Esboço biográfico de D. Silverio Gomes Pimenta. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 17, p. 5-10, 1912. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1266.pdf. Acesso: 10 set. 2025.

PIMENTA, Silvério Gomes. Cartas Pastorais. In: Jornal **O Apostolo**: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, edição 0046. Rio de Janeiro, 26 abr. 1891a. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 21 ago. 2025.

PIMENTA, Silvério Gomes. Cartas Pastorais. In: Jornal **O Apostolo**: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, edição 0047. Rio de Janeiro, 29 abr. 1891b. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 21 ago. 2025.

PIMENTA, Silvério Gomes. Cartas Pastorais. In: Jornal **O Apostolo**: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade, edição 0049.

Rio de Janeiro, 26 abr. 1891c. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 21 ago. 2025.

PIMENTA, Padre Silvério Gomes. **Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, Conde da Conceição**. 4. ed. sob organização do Padre José Carlos dos Santos. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2020.

SANTINI, Cândido. O padroado no Brasi. Direito Real. In: **Revista Perspectiva Teológica**, n. 6, v. 11, 1974, p. 159-204. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2383>. Acesso: 15 set. 2025.

SOARES, Igor Alves Noberto. Os 60 anos da Diocese de Teófilo Otoni: síntese histórica de sua representação político-pastoral. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri**, v. 4, p. 58-72, 2020.

SOUZA, D. Joaquim Silvério de. **A vida de D. Silvério Gomes Pimenta**. São Paulo: Escolas Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus, 1927.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

ELEVAÇÃO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE MARIANA À DIGNIDADE DE BASÍLICA MENOR- 60 ANOS¹ -

Mons. Roberto Natali Starlino*
Andrey Silvio Soares**

RESUMO: Mariana, a Arquidiocese Primaz de Minas Gerais, celebrará em 2025: os 280 anos de sua criação canônica, por Bento XIV, erigida em 06 de dezembro de 1745, através da Bula *Candor lucis aeternae*. Com isso, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Mariana, passou a ser Catedral Diocesana sob o título de Nossa Senhora da Assunção. Ao falar da história de nossa Arquidiocese, um olhar repleto de carinho e amor se direciona para a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Assunção. De nossa “Arqui-mãe”, diversas outras Dioceses e Arquidioceses nasceram; a nossa Catedral tornou-se assim a mãe dadivosa de tantas outras Catedrais. Dádiva tão grande que em 27 de novembro de 1963, o Papa Paulo VI, através do Breve *Erga almam Deiparam* elevou a Catedral de Mariana à dignidade de Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção. Este artigo reúne as informações presentes no jornal *O Arquidiocesano*, órgão oficial de notícias da Arquidiocese, que do período de 1963 a 1964, relatou sobre a elevação outorgada e a instalação do título pontifício solenemente realizado, há 60 anos, em 23 de agosto de 1964, pelo arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira.

Palavras-chave: Mariana. Catedral. Basílica. Breve Pontifício. Instalação.

RIASSUNTO: Mariana, l’Arcidiocesi Primaziale di Minas Gerais, celebrerà, nel 2025, i 280 anni dalla sua creazione canonica da parte di Benedetto XIV, avvenuta il 06 dicembre 1745 con la bolla *Candor lucis aeternae*. Con ciò, la Chiesa di Nostra Signora della Concezione, a Mariana, divenne Cattedrale Diocesana con il titolo di Nostra Signora dell’Assunzione. Quando si parla della storia della nostra Arcidiocesi, uno sguardo pieno di affetto e amore si rivolge alla Cattedrale Metropolitana di Nostra Signora dell’Assunzione. Dalla nostra “Archi-madre” sono nate diverse altre diocesi e arcidiocesi; la nostra cattedrale è così diventata la generosa madre di tante altre cattedrali. Un dono così grande che il 27 novembre 1963 Papa Paolo VI, col Breve *Erga almam Deiparam*, elevò la Cattedrale di Mariana al rango di Basilica Minore di Nostra Signora dell’Assunzione. Questo articolo raccoglie le informazioni presenti sul giornale *O ARQUIDIOCESANO*, organo ufficiale di informazione dell’Arcidiocesi, che, dal 1963 al 1964, riportò la notizia dell’elevazione concessa e dell’installazione del titolo pontificio solennemente celebrata, 60 anni fa, il 23 agosto 1964, dall’allora arcivescovo di Mariana, Dom Oscar de Oliveira.

Parole chiave: Mariana. Cattedrale. Basílica. Breve Pontificio. Insediamento.

¹ Este texto foi elaborado e apresentado na Faculdade Dom Luciano, durante a VII Semana Acadêmica Dom Luciano Mendes, em 27 de agosto de 2024.

* Presbítero da Arquidiocese de Mariana-MG, membro da equipe dos formadores do Seminário, mestre em Direito Canônico com Especialização em Jurisprudência Canônica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma/Itália, professor de Latim na Etapa do Propedêutico, e de Direito Fundamental, Sacramentos Diacônicos, Ecclesiologia e Introdução ao Grego Koiné no Instituto de Teologia São José e Vigário Judicial do Tribunal Eclesiástico Arquidiocesano.

** Seminarista da Arquidiocese de Mariana-MG, Etapa do Discipulado. Discente de Filosofia da Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM), de Mariana-MG. E-mail: soaresandrey19@gmail.com

INTRODUÇÃO:

– AD MAIOREM DEI GLORIAM –

“Para a maior glória de Deus”

Mariana, a Arquidiocese Primaz de Minas Gerais, celebrará em 2025: os 280 anos de sua criação canônica por Bento XIV, erigida em 06 de dezembro de 1745, através da Bula *Candor Lucis Aeternae* (Trindade, Arquidiocese, vol I, 1953, p.74) os 275 anos da fundação do Seminário de Mariana, em 20 de dezembro de 1750, por Dom Frei Manoel da Cruz, 1º bispo de Mariana (Trindade, Breve Notícias, 1953, p.06); e os 150 anos do falecimento do Venerável Dom Antônio Ferreira Viçoso, C.M., em sua Cartuxa, no dia 07 de julho de 1875 (Pimenta, 2020, p.302; Trindade, Arquidiocese, vol I, 1953, p.236).

Neste ano de 2024, celebramos: os 180 anos da Sagração Episcopal (05/05/1844) e posse de Dom Antônio Ferreira Viçoso como 7º bispo de Mariana (16/06/1844) (Trindade, Arquidiocese, vol I, 1953, p.218); os 150 anos da Consagração ao Sagrado Coração de Jesus de toda a Diocese, por Dom Viçoso, na Catedral de Mariana, em 08 de dezembro de 1874 (Trindade, Arquidiocese, vol I, 1953, p.258); e os 90 anos da inauguração do prédio do Seminário Maior, que aconteceu em 15 de agosto de 1934 (Trindade, Breve Notícias, 1953, p.84).

É evidente que estas datas simbolizam muitos fatos histórico-religiosos que marcaram a Diocese de Mariana. Ao falar da história de nossa Arquidiocese, um olhar repleto de carinho e amor se volta para a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Assunção. De nossa “Arqui-mãe” nasceram diversas outras Dioceses e Arquidioceses; nossa Catedral tornou-se, assim, a mãe dadivosa de tantas outras Catedrais.

Dádiva tão grande que, em 27 de novembro de 1963, o Papa Paulo VI (1963-1978), através do Breve *Erga almam Deiparam* (Acta Apostolicae Sedis, vol. 56 [1964] 516-517)², elevou a Catedral de Mariana à dignidade de Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção. Este artigo reúne as informações presentes no jornal *O ARQUIDIOCESANO* órgão oficial de notícias da Arquidiocese, que, do período de 1963 a 1964, relatou sobre a elevação outorgada e a instalação

² Na verdade, trata-se de uma Carta Apostólica, conforme apresentado no site do Vaticano e na *Acta Apostolicae Sedis* (Atos da Sé Apostólica), e não de um Breve Pontifício ou Bula. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/la/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19631127_erga-almam.html. Acesso em: 13 jun. 24.

do título pontifício solenemente realizada, há 60 anos, em 23 de agosto de 1964, pelo Arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira (1960-1988).

As normas vigentes para a elevação de uma Igreja à dignidade de Basílica, em 1963, não se encontram disponíveis no site da Santa Sé. A normativa, na época, baseava-se no cânon 1180 do Código de Direito Canônico promulgado em 1917: “*Nulla ecclesia potest basilicae titulo decorari, nisi ex apostolica concessione aut immemorabili consuetudine; cuiusque vero privilegia ex alterutro capite colligantur*” – Nenhuma igreja pode ser honrada com o título de basílica, a não ser por concessão apostólica ou por costume imemorial; cujos privilégios, de fato, são derivados de um ou de outro motivo –. No site oficial da Santa Sé, encontram-se dois documentos, mas estes são posteriores à data da instalação da Basílica, em 1964 (Acta Apostolicae Sedis 60, [1968] 536-539 e Acta Apostolicae Sedis 82 [1990] 436-440).³

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Basílica

Etimologia: Vem do grego *βασιλεύς* (= rei, soberano), sendo uma palavra grega reconstituída como *βασιλική οἰκία*,⁴ que significa “casa do rei”. Com o Cristianismo, a basílica recebeu uma nova visão e significado. Basílica é um título de honra dado a certas igrejas por causa de sua antiguidade, dignidade, importância histórica ou significado como centros de culto. No mundo, há apenas quatro Basílicas Maiores, conhecidas como Basílicas Papais:

- Basílica de São João de Latrão – Catedral da Diocese de Roma.
- Basílica de São Pedro – Vaticano.
- Basílica de São Paulo Fora dos Muros – Roma.
- Basílica de Santa Maria Maior – Roma.

As demais Igrejas Basílicas recebem o título de Basílica Menor e estão unidas ao Papa. Atualmente (em 20/06/2025), conforme os dados do GCatholic.org, há 1.933⁵ Basílicas

³ Sacra Congregatio Rituum, *Decretum de titulo Basilicae Minoris* (6 de junho de 1968): <https://www.cultodivino.va/content/dam/cultodivino/documenti/De-titulo-Basilicae-Minoris.pdf>; Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, *Domus Ecclesiae in Notitiae* 26 [1990] 13-17, <https://www.cultodivino.va/content/dam/cultodivino/documenti/Domus-Ecclesiae.pdf>. Acesso em: 13 jun. 24.

⁴ Originalmente, no Grego, não existia esta palavra. É uma reconstituição de “*basilikós*”, um adjetivo que significa “do rei, régio, real”. No dicionário do Padre Isidro Pereira, S.J., 1955, aparece *Basiliké*, um subs. f. (p. 773).

⁵ Disponível em: <https://gatholic.org/churches/bas.htm>. Acesso em: 20 jun. 25.

Menores em todo o mundo, das quais 87 estão no Brasil e 5 na Arquidiocese de Mariana. Abaixo, a tabela representa o número de Basílicas Menores nos continentes e no mundo todo:

Basílicas Menores⁶

EUROPA	AMÉRICA	ÁSIA	ÁFRICA	OCEANIA	MUNDO
1.380	436	85	24	8	1.933

A Basílica de Nossa Senhora da Assunção de Mariana é a 24ª do Brasil em ordem de criação e a segunda na Diocese. Foi também a segunda catedral elevada à condição de Basílica Menor, antecedida apenas pela Catedral Basílica Primacial do Santíssimo Salvador, Bahia, em 13/12/1922. Em Minas Gerais, a Catedral de Mariana foi a primeira a ser elevada a condição de Basílica, sucedida pela Basílica Nossa Senhora do Pilar, em São João del-Rei, no dia 24 de setembro de 1964.

Basílicas Menores na Arquidiocese de Mariana⁷

Cidade	Padroeiro (a) da Basílica Menor	Data do Breve de criação da Basílica	Papa que concedeu o título de Basílica Menor	Arcebispo Metropolitano na época da elevação
Congonhas	Senhor Bom Jesus	26/07/1957	Papa Pio XII	Dom Helvécio
Mariana	N. Sra. da Assunção	27/11/1963	Papa Paulo VI	Dom Oscar
Barbacena	São José Operário	25/09/1965	Papa Paulo VI	Dom Oscar
Cons. Lafaiete	S. Coração de Jesus	15/11/2003	Papa João Paulo II	Dom Luciano
Ouro Preto	N. Sra. do Pilar	27/10/2012	Papa Bento XVI	Dom Geraldo

O documento *Domus Ecclesiae*, (Acta Apostolicae Sedis 82 [1990] 436-440)⁸ que estabelece as normas para a criação de novas Basílicas Menores, foi promulgado em 9 de novembro de 1989 pela então Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, a pedido de São

⁶ Tabela produzida conforme os dados disponíveis em: <https://gcatholic.org/churches/bas.htm>. Acesso em: 20 jun. 25.

⁷ Tabela produzida conforme os dados disponíveis em: <https://gcatholic.org/churches/data/basBR.htm>. Acesso em: 20 jun. 25.

⁸ “A casa da Igreja” (Tradução nossa). Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, *Domus Ecclesiae in Notitiae* 26 [1990] 13-17. Disponível em: <https://www.cultodivino.va/content/dam/cultodivino/documenti/Domus-Ecclesiae.pdf>. Acesso em: 13 jun. 24.

João Paulo II.⁹ Neste documento, destaca-se que a Basílica Menor “*expressa um vínculo especial com a Igreja de Roma e com o Sumo Pontífice*” (Introdução). Por isso, algumas normas devem ser respeitadas e cumpridas, como as festas e outras datas:

Para manifestar o vínculo especial de comunhão que une a Basílica Menor e Cátedra romana de Pedro, devem ser celebrados com particular cuidado a cada ano:
a festa da Cátedra de São Pedro (22 de fevereiro);
a solenidade dos santos apóstolos Pedro e Paulo (29 de junho);
o aniversário da eleição ou do início do supremo ministério pastoral do Sumo Pontífice.¹⁰ (Parte III – Domus Ecclesiae).

Os fiéis que visitam devotamente a Basílica e participam de algum rito sagrado ou pelo menos recitam o Pai Nosso e o Credo, nas condições habituais (confissão sacramental, comunhão eucarística e oração conforme a intenção do Sumo Pontífice) podem obter a indulgência plenária:

no dia do aniversário da dedicação da Basílica¹¹;
no dia da celebração litúrgica do titular¹²;
na solenidade dos Santos Pedro e Paulo, apóstolos (29 de junho);
no dia do aniversário da concessão do título de Basílica¹³;
uma vez por ano no dia determinado pelo Ordinário do lugar;
uma vez por ano no dia livremente escolhido por cada fiel. (Domus Ecclesiae)

No número 4, da parte IV, o documento expressa o privilégio das vestes do Reitor da Basílica:

O Reitor da Basílica, ou seja, aquele que preside à Basílica, no exercício do seu cargo pode usar - por cima da batina ou hábito da família religiosa e da sobrepeliz - a mozeta preta com bainhas, casa de botões e botões vermelhos. (Domus Ecclesiae)

2.2 De Catedral Metropolitana a Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção

Em 15 de julho de 1963, véspera de Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Mariana, a Catedral foi dedicada por Dom Oscar de Oliveira, como requisito da Santa Sé para obter o título de Basílica.¹⁴ Após o rito, o Arcebispo escreveu no jornal que, com a dedicação da Catedral, a

⁹ A Constituição Apostólica *Prædicate Evangelium*, do PAPA FRANCISCO, sobre a Cúria Romana e o seu serviço à Igreja no mundo no seu Art. 94 diz que compete ao Dicastério (Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos) “a tutela do culto das relíquias sagradas, a confirmação dos Padroeiros celestes e a concessão do título de Basílica Menor”.

¹⁰ Atualmente, com o Papa Leão XIV, são os dias 08 e 18 de maio, respectivamente.

¹¹ 15 de julho.

¹² 15 de agosto (No Brasil, a celebração é transferida para o domingo quando ocorre em um dia de semana).

¹³ 27 de novembro.

¹⁴ O ARQUIDIOCESANO. Ano V - Mariana, 21 de Julho de 1963 N° 201.

obtenção do título estava encaminhada. Havia o fator histórico, tanto pelo tempo de existência da paróquia quanto pelos muitos outros acontecimentos realizados na cidade:

a Coroação Pontifícia, a 16 de julho de 1961 da dourada imagem da Senhora Carmo, pelo grande Papa João XXIII declarada e constituída celeste Padroeira da cidade arquiépiscopal, ano em que Mariana comemorava o ducentésimo quinquagésimo aniversário de sua elevação a vila, primeira organização jurídica das Minas do Ouro. Nos dias 15 e 16 do dito mês e ano esteve entronada em nossa Catedral a imagem original de Nossa Senhora Aparecida, piedosamente trazida por nosso estimado Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, por ter sido em Mariana que, em visita pastoral, o Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei João da Cruz, lavrava a 5 de maio de 1743 Provisão concedendo a edificação da capela de Nossa Senhora Aparecida, hoje Basilica Nacional, e, dois anos mais tarde em nova visita a esta terra marianense, ter lavrado outra Provisão, a 22 de maio de 1745, dando licença para benzer a mesma capela e nela realizar o culto divino (O ARQUIDIOCESANO, Ano V - Mariana, 5 de Janeiro de 1964, n. 225).

Com esses dados históricos, a Catedral possuía, além da beleza e grandeza arquitetônica, uma importância espiritual pela devoção dos fiéis e pela relevância para a história do Estado e do País. O pedido à Santa Sé para a concessão do título de Basilica Menor foi feito pelo Arcebispo Dom Oscar, em 24 de setembro de 1963, com o apoio do Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, de outras autoridades civis, do clero marianense e de muitos fiéis. Naquele período, a Igreja Católica estava realizando a segunda sessão do Concílio Vaticano II, na qual participava o Arcebispo marianense. Com isso, em 27 de novembro de 1963, Dom Oscar recebeu no Vaticano o Breve Pontifício do Papa Paulo VI, intitulado *Erga almam Deiparam*, que elevava a Catedral de Mariana à dignidade de Basilica Menor de Nossa Senhora da Assunção. Após a conclusão da segunda sessão do Concílio, Dom Oscar afirmou em uma carta datada de 1º de janeiro de 1964, dirigida aos fiéis:

Ao chegarmos da Cidade Eterna a Mariana, a 8 de dezembro findo, dia em que nosso colendo Cabido celebra sua Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, nossa primeira palavra ao Revmo Corpo Capitular e aos Fiéis reunidos na Sé foi anunciar a boa-nova da elevação da Catedral Marianense à dignidade de Basilica e, em seguida, celebramos Missa de ação de graças (O ARQUIDIOCESANO, Ano V - Mariana, 5 de Janeiro de 1964, n. 225).

A Basilica havia recebido o título por meio do Breve apostólico, mas o Arcebispo ainda definiria uma data para a solenidade de instalação e a introdução das insígnias da Basilica.

Tencionamos comemorar em futuro não remoto este grande acontecimento, com piedosas celebrações, ao colocarmos em nossa Catedral-Basilica o «Pavilhão e o Tintinábulo», emblemas e insígnias de basílicas, cuja confecção confiamos a artistas romanos. (O ARQUIDIOCESANO, Ano V - Mariana, 5 de Janeiro de 1964, n.225)

Por estar em Roma para a sessão do Concílio Vaticano II, Dom Oscar encomendou e acompanhou de perto a produção desses dois emblemas de basílica que estão presentes na Catedral Basílica.

2.3 Umbráculo e tintinábulo: As insígnias das basílicas

Há muito tempo, em Roma, as igrejas possuíam o umbráculo e o tintinábulo, que eram usados quando o Papa visitava uma Igreja.

Dom Oscar oferece informações interessantes sobre estas insígnias num artigo publicado em O ARQUIDIOCESANO de 21 de junho de 1964. O ‘Pavilhão ou Conopéu’ corresponde ao *umbraculum*¹⁵ e a ‘Campainha’, ao Tintinábulo, em latim, *tintinnabulum*.¹⁶

A origem destas duas insígnias, com efeito, está ligada às procissões: o umbráculo era levado sobre o Papa para protegê-lo do sol, enquanto o tintinábulo ia à frente para anunciar aos fiéis a sua presença na procissão. Com o tempo, as Igrejas onde o Bispo de Roma costumava celebrar tinham cada uma seu umbráculo e seu tintinábulo, à sua espera. Alguns remontam este costume ao pontificado de Alexandre VI (1492-1503). Com o tempo, os dois objetos tornaram-se símbolos das basílicas, representando a união destas Igrejas com o Romano Pontífice.

2.4 Tríduo preparatório¹⁷

Primeiramente, o dia 22 de agosto, sábado, foi escolhido para a instalação da Basílica Menor, data em que se comemorava o Imaculado Coração de Maria.¹⁸ Dom Oscar pretendia realizar a solene instalação nesta data, mas a programação foi alterada. Estabeleceu-se, então, um tríduo

¹⁵ Substantivo neutro que significa: sombrinha, diminutivo de sombra (*umbra*), guarda-sol. Também chamado umbela basílica, é uma espécie de guarda-sol de seda com listras amarelas e vermelhas (as cores da antiga bandeira da Santa Sé). Permanece sempre semi-aberto, seja no presbitério da Igreja ou levado nas procissões que partem da basílica ou a ela se dirigem, só sendo aberto totalmente na presença do Papa. Geralmente nas franjas do umbráculo são bordados símbolos religiosos e brasões. No umbráculo de nossa Basílica estão presentes os seguintes brasões: da Catedral, de Dom Oscar, do Papa Paulo VI, da Arquidiocese, o emblema mariano “AM” (=Ave Maria), do Cabido e da Ordem Carmelitana. O umbráculo costuma ser encimado por um globo e uma cruz.

¹⁶ Substantivo neutro que significa: Campainha, sineta, pequeno sino. Trata-se, como o nome indica, de um sino colocado no alto de uma haste, no topo da qual é representada a imagem do titular da igreja, ladeada por anjos e coroada pelo símbolo da Santa Sé (as duas chaves cruzadas sob a tiara papal). Geralmente fica no presbitério da Basílica, no lado oposto ao umbráculo, e junto com este é conduzido nas procissões que partem da basílica ou a ela se dirigem.

¹⁷ Informações do Jornal O ARQUIDIOCESANO (Ano VI - Mariana, 26 de Julho de 1964, n. 254; Ano VI - Mariana, 30 de Agosto de 1964, n. 259. Página 4; Ano VI - Mariana, 20 de Setembro de 1964, n. 262. Página 4)

¹⁸ O ARQUIDIOCESANO, Ano V – Mariana, 21 de junho de 1964, n. 249.

em preparação para o Congresso Eucarístico Internacional, em Bombaim, na Índia, e para a solenidade da Catedral, que incluiria a comemoração dos 10 anos de sagração episcopal de Dom Oscar de Oliveira. A solene instalação da Basílica ficou marcada para o domingo, 23 de agosto.

Por ocasião da grande solenidade, a imagem do Bom Jesus de Congonhas foi trazida a Mariana para as festividades, permanecendo na cidade por cinco dias, entre 19 e 23 de agosto. Durante o tríduo eucarístico, as sessões solenes ocorreram na Praça da Sé, com a participação e organização das Irmãs Filhas da Caridade e das Carmelitas. O palanque para os oradores do tríduo e as lâmpadas que iluminaram a fachada da Catedral e a cidade foram cedidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, através do Sr. Prefeito Jorge Carone.

Esponaneamente, contribuíram para as festas da elevação da Catedral à dignidade de Basílica Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, Pe. Osvaldo Renato Cunha (Pároco de Cajury), Pe. Geraldo Barreto (Nossa Senhora da Saúde de Itabira), Pe. Alípio Martins Pinheiro (Amparo da Serra), Sr. Antônio Marinho Gomes, Pe. Geraldo Maia (Rio Casca), Pe. Antônio Russo (Santo Antônio do Gramma), Pe. Antônio de Pádua (Pároco de Piedade de Ponte Nova) e Pe. Rafael Faraci (Pároco de Ponte Nova).

2.5 A visita da Imagem Milagrosa do Bom Jesus de Congonhas para Mariana¹⁹

Uma representação da cidade de Mariana esteve presente em Congonhas, contando com a presença do Prefeito João Chaves Sampaio, do Vice-Prefeito Euclides de Souza Vieira, do Juiz de Direito Dr. Lincoln Rocha, e de demais autoridades civis de Mariana, além do Exmo. Sr. Dom João Muniz, Bispo de Barra, na Bahia. A imagem do Bom Jesus de Congonhas foi *“colocada em uma preciosa urna, artisticamente preparada na Catedral-Basílica, diante dela ininterruptamente desfilaram os fiéis em busca dos favores celestes”*²⁰.

A imagem partiu de Congonhas no dia 19 de agosto, às 9h, chegando a Itabirito por volta do meio-dia, onde permaneceu até às 13h20. Chegou a Cachoeira do Campo às 14h, permanecendo na cidade por meia hora. Passou por Ouro Preto das 15h até às 17h. Chegando à Passagem de Mariana às 17h30, permaneceu até a saída para Mariana às 18h. Dom Oscar de Oliveira acompanhou a imagem de Passagem até Mariana. A imagem chegou por volta das 18h30, e os

¹⁹ O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 23 de Agosto de 1964, n. 258. Página 1.

²⁰ O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 9 de Agosto de 1964, n. 256. Páginas 1 e 4.

sinos das igrejas de Mariana repicavam jubilosamente, acompanhados por fogos de artifício. A banda de música acompanhava a procissão, e cinco batedores da Polícia Militar abriram o cortejo, que contou com a presença do Coronel José Geraldo de Oliveira, Comandante Geral da Polícia Militar. Mais de 60 carros seguiam o Bom Jesus. As casas estavam ornadas com flores e velas nas janelas para acolher a milagrosa imagem do Senhor Bom Jesus. Pelas ruas, as pessoas aclamavam Cristo Rei, entoando cantos religiosos; o trajeto seguiu da Praça Rodoviária até a Praça da Sé, passando pela Rua Direita. Ao chegar, o prefeito municipal fez um discurso agradecendo a presença do Senhor Bom Jesus em Mariana.

De Congonhas a Mariana vieram o Sr. Prefeito e o Padre Marcos Fernandes. Em cada localidade mencionada, a população recebeu a imagem com aclamações, fogos e preces, sendo rezada em cada lugar a oração ao Senhor Bom Jesus, seguida pelo ósculo da imagem.

No primeiro dia, os fiéis levaram a imagem à Praça da Estação, onde a Santa Missa foi celebrada em português pelo Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho no altar erguido em frente ao Grupo Escolar Prof. Soares Ferreira. No segundo dia, após a Missa celebrada pelo Cônego Mauro de Faria em frente ao Grupo Escolar Dom Benevides, a imagem do Senhor Bom Jesus foi conduzida ao Seminário Maior, passando pela Praça de S. Pedro e abençoando, à sua passagem, os lares da cidade.

Na tarde do mesmo dia, a imagem foi levada ao Seminário Menor, ao Colégio Providência e aos noviciados das Irmãs Carmelitas e das Irmãs da Beneficência Popular. No terceiro dia, conduziram-na à Escola Santo Estêvão e, em seguida, ao Barro Preto. Essa deferência especial foi concedida aos fiéis de Mariana pela grande ajuda, cooperação bondosa e entusiástica que ofereceram às solenidades.

Durante os dias preparatórios das Solenidades do dia 23, os Padres Missionários Redentoristas Severino Resende e Virgílio Rodrigues, conduziram a Imagem milagrosa do Senhor Bom Jesus pelas ruas sob o entusiasmo e aclamação da multidão de fiéis que piedosamente o acompanharam.

Diariamente, na Catedral Basílica, em Mariana, às 12h, havia para os fiéis pregação do Pe. Virgílio C. Ss. R, seguindo-se a Bênção do Senhor Bom Jesus. Os dois padres redentoristas

também atendiam as confissões do povo que acorriam a Mariana para a Solenidade da Instalação da Basílica.

2.6 Solene dia 23 de agosto de 1964: Instalação da Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção em Mariana.

Para a grande solenidade, estavam presentes ao todo 14 arcebispos e bispos²¹: Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana; Dom João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte; Dom José D'Ângelo Neto, Arcebispo de Pouso Alegre; Dom José Nicomedes Grossi, Bispo de Bom Jesus da Lapa – Bahia; Dom José Eugênio Corrêa, Bispo de Caratinga; Dom Daniel Tavares Baêta Neves, Bispo de Sete Lagoas; Dom José Alves Trindade, Bispo de Montes Claros; Dom Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena, Bispo de Valença – Rio de Janeiro.; Dom Altivo Pacheco Ribeiro, Bispo de Barra do Piraí – Rio de Janeiro; Dom Serafim Fernandes de Araújo, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte; Dom José Lázaro Neves, Bispo de Assis – São Paulo; Dom João Muniz, Bispo de Barra do Rio Grande – Bahia; Dom Geraldo Ferreira Reis, Bispo de Leopoldina e Dom José Mendes Leite, Bispo de Oliveira.

As solenidades do dia 23 foram transmitidas pela Rádio Inconfidência de Minas Gerais, pela Rádio Congonhas e pela Rádio de Conselheiro Lafaiete. Em carta ao Monsenhor Vigário Geral, o Cônego Mário Quintão anunciou que a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, onde era pároco, teria a honra de ornamentar a Catedral Basílica, enviando flores acompanhadas de um competente ornamentador.²²

O Dr. Roberto Resende foi o representante do Governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto, que não pôde comparecer às festividades. Também esteve presente o Vice-Governador, Dr. Clóvis Salgado.

Às 6h, os sinos das igrejas repicaram acompanhados por fogos de artifício. Às 9h, houve a recepção dos bispos na Praça da Catedral, onde Dom Oscar pronunciou um discurso agradecendo ao Papa Paulo VI pelo título concedido à Basílica e ao representante do Governador, Roberto Resende, que também se pronunciou na ocasião. Em seguida, na Catedral

²¹ O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 2 de Agosto de 1964, n. 255 Página 3.

²² O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 9 de Agosto de 1964, n. 256. Página 4.

da Sé, celebrou-se a Santa Missa Pontifical, com a leitura do Breve Pontifício do Papa Paulo VI, realizada primeiro em latim e depois em português pelo Cônego José Geraldo Vidigal.

Coube a Dom José D'Ângelo Neto, Arcebispo de Pouso Alegre, a oração gratulatória alusiva à instalação da Basílica, baseada no Salmo 83: *Quam dilecta tabernacula tua, Domine virtutum* – Quão amáveis são os vossos tabernáculos, ó Senhor dos Exércitos.²³

A celebração contou com a presença de mais de 50 sacerdotes, seminaristas de Mariana e do Seminário do Verbo Divino de Antônio Carlos, além de diversas congregações religiosas. Os cantos da Missa foram conduzidos pelo Pe. Joaquim Meireles Maia, com o coro do Seminário Maior São José.

Após a Missa Pontifical, houve uma sessão na Prefeitura de Mariana, na qual foram homenageados o Arcebispo Dom Oscar e o representante do Governador do Estado. Durante a sessão, o Deputado Wilson Chaves proferiu um discurso.

O jornal *O Arquidiocesano* resumiu as festividades da tarde do dia 23 de agosto:

COLÉGIOS de dez cidades, corporações musicais de três, os cadetes de Barbacena e outras representações, numa parada muito aplaudida por todos, desfilaram dia 23 às 14 horas pelas ruas engalanadas de Mariana, [...] Milhares de estudantes participaram do desfile e se preocuparam em representar com realce seus respectivos Educandários, transformando a bonita festa numa verdadeira competição, em que a alegria da juventude e a graça dos gestos foram destacados do princípio ao fim. O povo, contudo, prêso às atrações, bateu palmas para todos principalmente para as fanfarras e os carros alegóricos - evocando motivos alusivos ao acontecimento religioso. De Mariana, nenhum estabelecimento de ensino deixou de tomar parte e também as corporações desportivas fizeram-se representar, além de bela cooperação dos senhores ferroviários a um dos carros alegóricos, dos quais êste jornal fará referências em ulterior descrição. O povo postado ao longo das ruas ovacionou entusiasmamente os que desfilavam. Foi uma tarde inesquecível, que terminou com o soleníssimo TE DEUM e a despedida do Senhor Bom Jesus de Congonhas. [...] (O ARQUIDIOCESANO. Ano VI - Mariana, 30 de Agosto de 1964, n. 259, Página1.)

Ao término do desfile, aviões vindos de Barbacena sobrevoaram a cidade de Mariana, lançando flores e confetes sobre a Catedral, em uma homenagem da Paróquia da Piedade de Barbacena.²⁴ E para coroar as grandes festividades, uma criança vestida de anjo, amarrada por cordas, desceu

²³ O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 30 de Agosto de 1964, n. 259. Página 1. A íntegra da oração pode ser consultada no anexo.

²⁴ O ARQUIDIOCESANO, Ano VI - Mariana, 23 de Agosto de 1964, n. 258. Páginas 4.

pela Catedral Basílica espalhando flores sobre o esquife com a Imagem do Bom Jesus de Congonhas.

CONCLUSÃO

A frase “Ninguém ama aquilo que não conhece” nos lembra que, quanto mais buscamos compreender e conhecer a nossa história, mais amamos os fatos relacionados a ela. A Arquidiocese de Mariana, Primaz de Minas, é uma referência em diversos campos, como o espiritual, o religioso e o cultural, após quase 280 anos de existência. A Catedral de Mariana, conhecida como Mãe de todas as Igrejas da Diocese e de muitas outras dioceses que se desmembraram de nosso antigo território, é um símbolo de importância para todos nós. Conhecer e estudar a história da Catedral enche de alegria, pois ela representa um marco significativo.

Sua importância foi reconhecida quando o Papa Paulo VI a elevou à dignidade de Basílica Menor, em homenagem à sua magnífica estrutura e sua relevância espiritual. Para a instalação da Basílica Menor de Nossa Senhora da Assunção, Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo Metropolitano, organizou um grande tríduo eucarístico em preparação para o Congresso Internacional e a solenidade da instalação da Basílica. Foram dias de oração e júbilo pela concessão do título pontifício, com a presença de muitas autoridades civis e religiosas, além da participação de bandas de música e instituições de ensino da cidade de Mariana e da região.

A redescoberta desses acontecimentos, ocorridos há 60 anos, em 1964, só foi possível graças ao jornal da Arquidiocese da época, *O Arquidiocesano*; a Carta Apostólica *Erga almam Deiparam*, bem como a oração gratulatória de Dom José D’Ângelo Neto, Arcebispo de Pouso Alegre – MG, encontram-se no supracitado jornal (30 de Agosto de 1964, n. 259). Que todos possamos cultivar em nossos corações o desejo de conhecer a história, para que possamos amar o que somos e temos.

REFERÊNCIAS

CODEX IURIS CANONICI, Pii X Pontificis Maximi Iussu digestus Benedicti Papae XV Auctoritate promulgatus. Typis Polyglottis Vaticanis: MCMXXIII (1933).

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA, *Praedicate Evangelium*, Sobre a Cúria Romana e seu serviço à Igreja no Mundo. Brasília: Edições CNBB, 2022.

Dicastério para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos. *Domus Ecclesiae*. Disponível em: <https://www.cultodivino.va/it/documenti/atti-del-dicastero.html>. (Acta Apostolicae Sedis, vol. 82 [1990] 436-440). Acesso em: 13 jun. 2024.

FARIA, Ernesto (org.). **Dicionário escolar Latino-Português**. Ministério da Educação e cultura. Departamento Nacional de Educação: Rio de Janeiro, 1955.

O ARQUIDIOCESANO órgão oficial da arquidiocese de Mariana [jornal]. Mariana-MG:

Ano V - Mariana, 5 de Janeiro de 1964, n. 225. Páginas 1 e 4.

Ano VI - Mariana, 26 de Julho de 1964, n. 254. Página 4.

Ano VI - Mariana, 2 de Agosto de 1964, n. 255. Páginas 3 e 4.

Ano VI - Mariana, 9 de Agosto de 1964, n. 256. Páginas 1 e 4.

Ano VI - Mariana, 23 de Agosto de 1964, n. 258. Páginas 1, 3 e 4.

Ano VI - Mariana, 30 de Agosto de 1964, n. 259. Páginas 1, 3 e 4.

PEREIRA, S. J., Isidro. **Dicionário Grego-Português e Português-Grego**. 6. ed. Porto, Livraria Apostolado da Imprensa: Portugal, 1984.

PIMENTA, Silvério Gomes. **Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso**: bispo de Mariana e Conde da Conceição. 3a. ed. Marianna, Typographia Archiepiscopal, 2020.

RUSCONI, Carlo. **Dicionário do Grego do Novo Testamento**. Tradução Irineu Rabuske. São Paulo: Paulus, 2003.

SEDIS, Acta Apostolicae, vol. 56 (1964), *Carta Apostólica Titulo ac privilegiis Basilicae Minoris cathedralis ecclesia Marianensis decoratur*. n. 8, pp. 516-517. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/aas/index_po.htm. Acesso em: 13 jun. 24.

TRINDADE, Raymundo. **Arquidiocese de Mariana**. Subsídios para sua história. vols. I e II. 2a. ed., Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

TRINDADE, Raymundo. **Breve Notícia dos Seminários de Mariana**. Gráfica da 'Revista dos Tribunais', Ltda, São Paulo, 1953.

O ARQUIDIOCESANO E O CONCÍLIO: A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA ARQUIDIOCESE DE MARIANA A PARTIR DO JORNAL *O ARQUIDIOCESANO*¹

Anderson Eduardo de Paiva*
Guilherme Dias**

Resumo: O Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, teve início no dia 11 de outubro de 1962 e encerrou-se a 8 de dezembro de 1965, já no pontificado de Paulo VI. Durante esse período, episcopado de Dom Oscar de Oliveira, circulava na Arquidiocese de Mariana o jornal *O Arquidiocesano*, fundado em 1959, permanecendo em circulação até 1994. No decorrer do Concílio, o órgão de comunicação oficial da Arquidiocese vinculava notícias, opiniões e comentários sobre as decisões conciliares. O Arcebispo, Dom Oscar, publicava constantemente suas impressões sobre o evento, orientando os fiéis arquidiocesanos. Neste trabalho, procuramos, de modo sucinto, apresentar as opiniões deixadas no periódico, percebendo nessas matérias o espírito de aceitação ou a falta de compreensão das decisões conciliares, partindo dos escritos do Arcebispo e publicações acerca das diversas reformas e suas consequências, recorrendo, quando necessário, a outras obras e publicações para clareamento das situações. Sendo o Concílio o principal evento da Igreja Universal no século XX, consideramos oportuno trazer essa discussão, uma vez que é um assunto de pertinência no marco histórico dessa Igreja particular de Mariana.

Palavras-chave: Concílio. Jornal. Arquidiocese. Mariana. Recepção.

Riepilogo: Il Concilio Vaticano II, convocato dal Papa Giovanni XXIII, è iniziato l'11 ottobre 1962 e si è concluso l'8 dicembre 1965, durante il pontificato di Paolo VI. In questo periodo, sotto l'episcopato di Dom Oscar de Oliveira, circolava nell'arcidiocesi di Mariana il giornale *O Arquidiocesano*, fondato nel 1959, che rimase in circolazione fino al 1994. Durante il Concilio, l'organo ufficiale di comunicazione dell'arcidiocesi collegava notizie, opinioni e commenti sulle decisioni conciliari. L'Arcivescovo, Dom Oscar, ha pubblicato costantemente le sue impressioni sull'evento, orientando i fedeli arcidiocesani. In questo lavoro si cerca di presentare in modo succinto le opinioni lasciate nel periodico, cogliendo in queste materie lo spirito di accoglienza o di incomprensione delle decisioni conciliari, partendo dagli scritti e dalle pubblicazioni dell'Arcivescovo sulle varie riforme e sulle loro conseguenze, ricorrendo, quando necessario, ad altre opere e pubblicazioni per chiarire le situazioni. Poiché il Concilio è l'evento principale della Chiesa universale nel secolo XX, riteniamo opportuno portare questo dibattito, poiché si tratta di un argomento di rilevanza nel quadro storico di questa Chiesa particolare di Mariana.

Parole chiave: Consiglio. Giornale. Arcidiocesi. Mariana. Reception.

¹ Este texto foi elaborado para apresentação na Faculdade Dom Luciano, durante a VII Semana Acadêmica Dom Luciano Mendes, em 27 de agosto de 2024.

* Presbítero da Arquidiocese de Mariana-MG, Mestre em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Especialista em Arte e Cultura Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto e Especialista em História da Arte Sacra pela Faculdade Dom Luciano Mendes; Professor do Instituto Teológico São José (ITSJ) e da Faculdade Dom Luciano Mendes; Diretor do Centro Cultural Dom Frei Manoel da Cruz e do Museu de Arte Sacra.

** Seminarista da Arquidiocese de Mariana, Etapa do Discipulado, bacharelando do Curso de Filosofia. E-mail: Email: guilhermeaugdias@gmail.com.

1. 1959: CONVOCAÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II E NASCIMENTO DO JORNAL.

Em janeiro de 1959, o recém-eleito, Papa João XXIII, com apenas três meses de pontificado, convocou o Concílio Vaticano II, evento que mudaria os rumos da história da Igreja Católica. Meses depois, na Arquidiocese de Mariana, o Bispo Coadjutor, Dom Oscar de Oliveira – que posteriormente, com a morte de Dom Helvécio Gomes de Oliveira em 1960, assumiria o governo da mesma arquidiocese –, fundava o Jornal *O Arquidiocesano* para a vinculação de notícias referentes à arquidiocese e ao mundo.

O jornal teria vida longa, sendo publicado até 1994, sendo substituído pelo jornal Pastoral. Ao todo, cerca de 1497 números circularam. Entre receitas, curiosidades, poemas e outras miudezas, encontravam-se notícias de relevância, artigos do Arcebispo e orientações pastorais. O periódico rapidamente recebeu ampla adesão, não apenas dentro da arquidiocese, mas também fora dela, tornando-se importante meio de comunicação.

Conforme o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho (1997, p.64), que ocupou o cargo de diretor do jornal durante grande parte do tempo em que esteve em circulação, no ano de 1971, a CNBB elencou o jornal *O Arquidiocesano*, entre os dez maiores jornais católicos no Brasil.

O Concílio Vaticano II foi dividido em quatro sessões, entre os anos de 1962 e 1965. Aqui seguiremos essa linha cronológica, demonstrando, a partir do periódico, as mudanças, discussões e consequências, deixando de lado as discussões anteriores ao evento. Naturalmente, tomam relevância os particulares acerca da mudança na liturgia e nos ritos católicos, uma vez que essas mudanças influenciaram diretamente a ligação da Igreja com os fiéis.

2. O CONCÍLIO

2.1. 1962: a primeira sessão, expectativas.

O Concílio teve início em 1962, após longo processo de preparação. Devido um acidente automobilístico, ocorrido em 4 de agosto do mesmo ano, em visita Pastoral à Paróquia de Piranga, em que fraturou o fêmur esquerdo e a tíbia direita, Dom Oscar não pôde participar da abertura do Concílio. O acidente foi noticiado pelo jornal de 12 de agosto. Segundo o Mons.

Flávio Carneiro Rodrigues (2012. p.102), Dom José D'Angelo Neto, bispo de Pouso Alegre, foi o procurador do Arcebispo de Mariana em Roma.

A edição de número 125, de 4 de fevereiro de 1962, traz a manchete: *Convoca João XXIII o Concílio Ecumênico para o bem da humanidade*, ali se noticia a leitura da bula de convocação para o Concílio na Basílica de São Pedro. Dois números depois, em 18 de fevereiro, através do título *1962 = ano do Concílio Ecumênico*, o informativo demonstra a expectativa para o evento:

O próximo Concílio Ecumênico interessa a todos, católicos ou não. À ameaça das armas atômicas de destruição universal, que o materialismo ateu emprega hoje como novo meio de conquista, a Igreja responde com as armas da fé, do amor e da confiança absoluta em Deus. O Concílio Ecumênico surge assim, como um clarim de esperança e uma bandeira de união de todos os homens de boa vontade. Aos católicos, para que reavivem e fortaleçam a sua fé; aos irmãos separados para que esqueçam as querelas do passado e voltem à segurança do redil de Cristo; àqueles que não conhecem o Cristo para que fiquem sabendo que só nele há salvação para a humanidade.

Destarte, o Concílio ecumênico de 1962 iniciará a marcha do Grande Retorno a Cristo, afastará o medo e trará paz duradoura entre os homens. Para Roma, como para o porto da salvação, voltam-se confiantes os olhos de todos os homens. (ARQ. 4 fev. 1962. n.125. p.1).

Um dos aspectos que mais impactaram o Concílio foi a reforma litúrgica apresentada pela Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia. Uma nota surge em 25 de novembro de 1962: *Missa discutida no Concílio*:

Como um dos pontos de maior interesse, o Concílio Ecumênico acaba de discutir as cerimônias da Missa. Consta que várias propostas de reformas rituais foram apresentadas, sendo que a principal consistiria numa mais acentuada participação dos fiéis no Santo Sacrifício. Por outro lado, revela-se que, dada sua natureza litúrgica, histórica e jurídica, o Canon deverá permanecer intacto, mesmo quanto à língua (ARQ. 25 nov. 1962. n.168. p.1).

No final da primeira sessão, o jornal transmite na íntegra a alocução final de João XXIII.

Para se ter uma ideia da proporção do Concílio, o número de 3 de fevereiro de 1963 republicou uma matéria do jornal: O São Paulo, intitulada *João XXIII, o homem de 1962*, que trata do semanário *Time* norte-americano que elegeu o papa como homem do ano em meio à Guerra Fria:

ao convocar o Concílio Ecumênico, o Papa – diz o *Time* – deu impulso a ideias e forças que afetarão, além dos católicos romanos e os cristãos, a população do mundo inteiro, muito tempo depois que Cuba recuperar mais uma vez sua liberdade e que a Índia estiver a salvo de qualquer ataque (ARQ. 3 fev. 1963. p. 2).

Em 3 de junho do mesmo ano, porém, falece João XXIII, sendo vinculada a notícia no número de 9 de junho, caracterizando o papa como “Um dos maiores pontífices da Igreja Católica”.

Dois números após a notícia da morte do papa, o periódico anunciava a eleição do sucessor do trono de Pedro, Paulo VI, eleito a 21 de junho de 1962. Papa que daria continuidade aos trabalhos conciliares, seguindo os passos de seu predecessor.

2.2. 1963: segunda sessão

Na publicação de 29 de setembro de 1963, Dom Oscar escreve que partirá “no próximo dia 27”, para participar do Concílio e pede orações de todos os fiéis. Ao lado de seu texto, está uma oração composta para o Concílio com indulgência de 10 anos para cada vez que fosse rezada.

Anota Dom Oscar:

Por divina inspiração convocou-o [o Concílio] o grande João XXIII, de imperecível memória, e o Santo Padre Paulo VI, gloriosamente reinante, de sua parte o convoca também, prosseguindo este importantíssimo empreendimento de seu santo predecessor. [...] Vai ter o Concílio Vaticano II um caráter especialmente pastoral de renovação e revigoração da cristandade (Dom Oscar. *ARQ.* 29 set. 1963. n.211. p.1).

Foi nessa sessão do Concílio que se discutiu a questão da reforma litúrgica, decretada pela Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, uma das mais importantes e alvoroçadas das decisões conciliares. Saía, no número de 5 de janeiro de 1964, o artigo: *Promulgada a reforma litúrgica*:

O decreto de 12 mil palavras, que reforma a liturgia católica, aprovado na sessão final da segunda fase do Concílio Ecumênico representa a transformação mais ampla no culto público católico desde o século III, quando o latim substituiu o grego na Igreja ocidental (*ARQ.* 5 jan. 1964. n.226. p.2).

O artigo resume os capítulos do decreto em questão divididos em: Princípios gerais; a Santa Missa; os Sacramentos; o Ofício Divino dos sacerdotes; o ano litúrgico; Música sacra; Arte sacra - Objetos litúrgicos.

No parágrafo que trata dos Princípios gerais se lê: “Muitas mudanças, como por exemplo, o uso das línguas modernas, não são obrigatórias, e acredita-se que o uso de línguas modernas será mais favorecido nas terras de missão” No parágrafo dedicado a missa, anunciava-se as possíveis mudanças: maior participação dos fiéis na celebração, eliminação de repetições e elementos

secundários, possibilidade de sermões aos domingos e festas, orações em comum (sacerdote e povo) e uso das línguas vernáculas².

No âmbito dos Sacramentos, anunciava-se as mudanças de “extrema unção” para “sacramento dos enfermos”, no rito do matrimônio o sacerdote não devia dirigir-se apenas às noivas, como acontecia até então, mas ao casal. (ARQ. 5 jan. 1964. n. 226. p. 2).

Na arte sacra e objetos litúrgicos: “Diz que na igreja deve-se dar ampla liberdade à arte moderna, que provêm de todas as raças e de todas as regiões, contanto que adornem os sagrados edifícios e os ritos com a devida honra e reverência.” (ARQ. 5 jan. 1964. n. 226. p. 2).

Grande parte das decisões já era esperada pela maior parte dos sacerdotes que sentiam, naquela época, certo desgaste litúrgico. Um padre, assinando com a sigla P. J. L. P., num texto intitulado *História da Missa*, após, sucintamente, recorrer aos primeiros séculos a fim de relatar como eram celebradas as Missas entre os cristãos primitivos, comenta no jornal de 12 de janeiro de 64:

Foi no correr dos tempos que se introduziram pouco a pouco novas cerimônias e novas orações, que, sem tirar o essencial, lhe davam nova roupagem. O que acontecia era que a Missa ia se adaptando aos novos tempos, até que em vista de abusos possíveis e reais foi fixada definitivamente na Missa que temos hoje. É do século XVI esta Missa em um ponto de sua evolução.

Esta fixação, necessária para se evitarem males maiores, trouxe, contudo, também um mal: o povo se afastou da Missa, deixou a fonte e foi alimentar sua vida espiritual em outras águas, provindas, certamente da mesma fonte, mas sem sua pureza original.

A grande dificuldade atualmente é o latim. O latim foi introduzido na Missa em substituição ao grego, porque era ele, então, a língua do povo.

Hoje, sabemos, o santo padre acaba de promulgar a decisão do Concílio de reestruturar a Missa e de fazê-la ser celebrada na língua de cada país.

A Missa se aproxima novamente do povo e é necessário que nós também dela nos aproximemos um pouco mais (ARQ. 12 jan. 1964. n. 227. p.3).

² N° 36 § 2 SC - § 2. "Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes". Continua o Sagrado Concílio no n° 54 "A língua vernácula pode dar-se, nas missas celebradas com o povo, um lugar conveniente, sobretudo nas leituras e na «oração comum» e, segundo as diversas circunstâncias dos lugares, nas partes que pertencem ao povo, conforme o estabelecido no art. 36 desta Constituição".

O autor coloca aqui em evidência um problema já conhecido na Igreja durante este período: recorrer às práticas de devoção popular, como o terço, durante a celebração da missa, devido à pouca compreensão do latim. É a isso que se refere quando cita que o povo “deixou a fonte e foi alimentar sua vida espiritual em outras fontes”. Surgem também, neste período de incompreensão da língua latina, as novenas, como maior requinte. Apesar de manterem o idioma, elas aproximavam os fiéis de seus santos de devoção.

No mesmo mês de janeiro, Dom Oscar escreve o artigo *O Concílio*, em que elogia, entre outras coisas, a Liberdade de expressão nos debates:

Talvez tivessem antes pensado alguns de nossos irmãos separados – ortodoxos e protestantes – que lá na arquibasilica de São Pedro se cingissem os Padres Conciliares apenas a pontos predeterminados pelo Papa e se contentassem somente com dizer *Amém* (Dom Oscar. *ARQ.* 19 jan. 1964. n.228. p.1)

Evidencia, porém, com preocupação a deturpação da imprensa acerca das reuniões e decisões conciliares:

Numa assembleia universal, constante de tão diferentes mentalidades, é natural que surjam divergências no modo de encarar as questões. E isto não foi compreendido por alguma imprensa leiga, ávida de sensacionalismos, como infelizmente se pode verificar nalgumas reportagens brasileiras de jornais e revistas que desfiguravam certos fatos, interpretando-os muito a seu modo, pelo que alguns católicos ficaram perplexos. Estejam, pois atentos os católicos e todas as pessoas de boa vontade; precavham-se contra tais malévolas insinuações e deturpações (Ibidem).

De fato, a falta de comunicação oficial por parte da Igreja, principalmente após a primeira sessão do Concílio, gerou confusões e controvérsias, como aponta Guerriero (2023. p.24):

A ausência de qualquer boletim de imprensa na primeira sessão causou vazamentos de informações não muito verdadeiras como também pouco importantes. A criação de um comunicado oficial sobre as questões abordadas eliminou, pelo menos em parte, a desinformação que causava tantos inconvenientes.

Foi Paulo VI que, a partir da segunda sessão, abriu as informações aos jornalistas.

Segundo vinculado, durante as discussões sobre a reforma litúrgica proposta, 2147 votos foram favoráveis às mudanças litúrgicas e apenas 4 contrários. As mudanças, evidentemente, não seriam imediatas, mas seriam ainda estudadas e promulgadas pelas autoridades. Diversas matérias sobre a liturgia surgiram a partir de então, junto a três artigos do Arcebispo sobre o Concílio.

Interessante notar que, a partir de 64, começam a surgir, geralmente nas primeiras páginas do semanário, fotos dos altares de igrejas mais modernas e despojadas de adorno, talvez numa tentativa de promovê-las como exemplos de arquitetura adequada ao Concílio. Entre as igrejas apresentadas estão: Altar da Capela do Palácio da Alvorada de Oscar Niemeyer; Altar de *Massy* de Pinsard, Igreja de São Felix de *Zurich* de Fritz Metzger, *Toute Grâce* em Notre Dame e Igreja da Pampulha, também de Niemeyer.

Talvez movido pelas reformas promovidas, Dom Oscar escreve sobre cada parte da missa no rito antigo e seus simbolismos, contando-se um total de 13 artigos espalhados pelas publicações, fora outros textos sobre a liturgia, também de sua autoria, que intercalavam com as publicações sobre a missa.

Outra novidade acrescentada pelo Concílio e publicada no jornal era a decisão dos fiéis responderem “Amém” após o padre dizer “Corpo de Cristo” na hora da comunhão eucarística na Missa.

Em 16 de agosto de 1964, o Ordinário da Missa em português era publicado no Jornal, conforme a tradução autorizada. Esse ordinário carrega ainda as características do rito antigo, como o salmo ao pé do altar, antes do ato penitencial. No missal de Pio V, constava um salmo a ser rezado no início da celebração, antes que o padre subisse ao altar, no novo rito, o salmo passou a compor a liturgia da Palavra, sendo proclamado entre as leituras do Antigo Testamento e o Evangelho

2.3. 1965: terceira sessão

No dia 10 de setembro do mesmo ano, parte Dom Oscar para a terceira sessão do Concílio, como noticiado em 13 de setembro.

Algumas decisões conciliares impactaram de forma direta o jeito de ser dos ministros ordenados e conseqüentemente as comunidades, por exemplo o desuso da batina. A decisão da não obrigatoriedade da batina na Arquidiocese foi comunicado no exemplar de 24 de janeiro de 1965. Segundo consta na comunicação, o episcopado brasileiro foi consultado e 85% dos bispos foram favoráveis em enviar um pedido à Santa Sé para que o clero brasileiro pudesse escolher

entre a batina e o clergyman. O pedido encaminhado recebeu resposta afirmativa. Assim reza o comunicado:

- 1- Em virtude, pois, desta concessão pontifícia, autorizamos o Revmo. Clero de nossa Arquidiocese de Mariana o uso do “clergyman”, de cor preta ou cinzenta, simultaneamente com a volta.
- 2- Evidentemente, os que preferirem, poderão continuar usando, como dantes, a sua batina de cor preta, cinza ou clara.
- 3- Para os atos litúrgicos, como na celebração da Santa Missa e na administração dos Sacramentos, deverão usar *obrigatoriamente* a batina.
- 4- O “Clergyman” é uma *veste eclesiástica*, bem distinta da estritamente civil. Portanto, seria passível de pena canônica, segundo a norma do cânon 2379, quem ousasse ultrapassar os limites desta concessão pontifícia.
- 5- Qualquer sacerdote estranho, diocesano ou religioso, ainda munido de “*Celebret*” que ousar penetrar nesta Arquidiocese com trajes civis ficará *ipso facto* proibido de ser admitido à celebração do Santo Sacrifício em qualquer de nossas igrejas e capelas (ARQ. 24 jan. 1965. n. 280. p.1).

Nos números seguintes, vários textos ligados ao Concílio foram aparecendo, dentre eles, a instrução para celebração da missa e o plano para a construção do novo seminário menor, que, embora não tenha ligação direta com o Concílio, pertence a esse tempo de mudanças.

A liturgia vai se modificando gradualmente, mesclando aqui e lá português e latim, intercalando partes para o povo e partes do padre e oferecendo aos fiéis a possibilidade de comungarem em duas espécies. A missão dos leigos também vai sendo tratada nas publicações, uma vez que fora tratada no Concílio, no decreto *Apostolicam Actuositatem*, de maneira muito incisiva, mostrando uma nova eclesiologia, o apostolado dos leigos, mais próxima da realidade antropológica-social das pessoas e mais participativa

A reforma litúrgica é, de fato, o que parece causar mais alvoroço, não apenas na Arquidiocese, mas em todo o globo. Prova disso é a matéria *Paulo VI fala de mudanças litúrgicas*, que diz:

O Papa Paulo VI, falando a milhares de pessoas em audiência geral semanal, ressaltou que as mudanças litúrgicas constituem indício de ‘progresso religioso’.

Afirmou o Sumo Pontífice que ‘para compreender e gozar os frutos desejados, todos devemos modificar a habitual mentalidade estabelecida com respeito às cerimônias sagradas e às práticas religiosas’ [...]

A seguir, disse Paulo VI que ‘as reformas poderão afetar hábitos queridos e talvez merecedores de respeito’.

‘As reformas podem exigir no começo algum esforço que não será agradável, de início. Todavia, devemos agradecer e ter confiança’ - concluiu. (ARQ. 7 fev. 1965. n. 282. p.4)

Sobre a arquitetura, que acompanhava a reforma litúrgica, temos um instigante relato publicado a 29 de agosto de 1965, em que se apresenta uma espécie de projeto para presbitério, do Monsenhor Guilherme Schubert³, responsável por diversas obras na Arquidiocese:

Disposição Litúrgica do Presbitério

Mons. Guilherme Schubert, membro da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Mariana, ofereceu para a Igreja matriz em construção de Senhora de Oliveira, esta ‘Disposição litúrgica do presbitério’, que poderá servir de norma diretiva para a construção de novas igrejas.

1- Primeiro plano: Atual mesa de comunhão (cancela do presbitério), com 3 passagens largas-1,50- fechadas não com portão, mas com corrente;

segundo plano: 3 degraus mais altos;

plano do altar – dois ambones- nível da sacristia- das credências- dos assentos dos coroinhas, leitores

ambones: convém sejam abertos- tipo gradil de ferro batido, com um rodapé fechado, em cima a estante para livro, removível;

quando o sacerdote está sozinho- ou por uma preferência- pode colocar neste plano a cadeira do celebrante, ficando aqui na parte da ‘liturgia da palavra’. Pessoalmente achamos que o lugar próprio do celebrante que ‘preside’ a assembleia, não é aqui, mas em cima [...]

se ele quiser ficar aqui, faz assim: começa rezar embaixo, sobe para beijar o altar, depois os coroinhas trazem a cadeira e colocam em frente do altar; e louvavelmente, a retiram após o Credo (tudo isto dispensável no outro caso);

terceiro plano: dos assentos do celebrante e dos ministros (diácono e subdiácono⁴ de ordens)

³ Monsenhor Guilherme Schubert (1913-1998), austríaco de nascimento, chegou ao Brasil em 1939 e incardinou-se no clero do Rio de Janeiro. Além de compositor de música sacra, destacou-se por arquitetar inúmeras igrejas. Na Arquidiocese de Mariana temos como exemplo as Igrejas Matriz de Brás Pires, Lamim e Senhora de Oliveira, e o Santuário de Nossa Senhora das Graças em Urucânia. (cf. MARTINS FILHO, José Reinaldo. Guilherme Schubert: exercício musicológico. In. **Música em perspectiva**. v.9, n.2, dez.2016. p. 57-77 Disponível em <<https://doi.org/10.5380/mp.v9i2.50362>>. Acesso em 10 de março de 2025).

⁴ O Subdiaconato foi suprimido em 1972 pelo Papa Paulo IV através do Motu Próprio *Ministeria Quaedam*, sendo substituído pelo Ministério dos Acólitos. O Subdiaconato era uma das Ordens Maiores (Subdiaconato, Diaconato e Presbiterato), diferente das ordens menores (Ostiariado, Leitorado, Exorcista e Acolitado). Com a reforma promovida por Paulo IV, deixam de existir as ordens menores, permanecendo apenas o Leitorado e o Acolitado, sendo chamadas de Ministérios.

quarto plano: da SSma. Eucaristia: uma pequena mesa; sobre ela 2 castiçais, vaso de purificação, corporal para colocar a âmbula ao tirá-lo do sacrário. O material usado nela, em mármore, é o mesmo do altar do sacrifício;

o sacrário embutido na parede, começa 40 cent. Acima da mesícula, tem 30 cent. De profundidade, dos quais uma parte, 5 cent. E a porta, ficam salientes; ao lado, duas lâmpadas, uma com azeite, outra elétrica (caso os liturgistas permitirem duas lâmpadas)

sobre o sacrário um grande crucifixo, de 4 metros, com um “corpus” de 2 m.

nos 2 nichos laterais as imagens da padroeira e S. José. Não há altares laterais na frente. Um cabe no batistério.

Mons. Guilherme Schubert

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1965. (ARQ. 29 ago. 1965. p.2)

Chama atenção, além da arquitetura inovadora proposta pelo Monsenhor, o fato de estar entre aspas a palavra *preside*, mostrando a novidade da expressão. Até então, o padre celebrava, agora, porém, toda a assembleia celebra e o padre preside a assembleia.

2.4. 1965 e anos seguintes: quarta sessão e encerramento do Concílio, consequências na Arquidiocese

Em 5 de setembro de 1965, novamente despidia-se Dom Oscar para a IV e última sessão do Concílio, recomendando-se à oração de todos.

Já em 1966, a edição de 20 de fevereiro traz em sua primeira página uma foto do altar da basílica de São José Operário em Barbacena, indicando já a readequação litúrgica dos espaços celebrativos, sendo uma das primeiras igrejas da Arquidiocese a seguir esse estilo.

Na mesma publicação, um artigo intitulado *Ministério e vida dos Sacerdotes* faz uma espécie de resenha sobre o decreto *Presbyterorum Ordinis* apontava o padre como servo do povo, chamando atenção para o cuidado com os leigos. Diz:

Se o padre é servo dos homens, deverão também estes compreender o papel do leigo na Igreja, sua dignidade e sua responsabilidade, não só de serviço, mas também como de formação de um ambiente fraterno, marcado pelo espírito de comunidade, em que sua colaboração ajudará a defender o bem comum e a própria verdade (ARQ. 20 fev. 1966. n.336. p.2)

De fato, o documento ordena que

os presbíteros reconheçam e promovam sinceramente a dignidade e a participação própria dos leigos na missão da Igreja. Estejam dispostos a ouvir os leigos, tendo fraternalmente em conta os seus desejos, reconhecendo a experiência e competência deles nos diversos campos da atividade humana, para que juntamente com eles, saibam reconhecer os sinais dos tempos. (PO 9).

Ainda no mesmo número, uma breve comunicação *O Concílio quer Renovação* sobre um artigo de Dom Estevão Bittencourt, monge beneditino, sobre a face renovadora do Concílio afirma:

Lamenta Dom Estevão que a renovação sirva de pretexto para práticas e atitudes estranhas, como negligenciar o culto à Eucaristia, não dar importância ao sacramento da Confissão, aumentar o relativismo religioso e multiplicar críticas destrutivas ao Clero e Autoridades eclesiais. *O que fazer?*- Todos os filhos da Igreja- recomenda Dom Estevão - procurem trabalhar ardorosamente, dentro de suas possibilidades, para que os discípulos de Cristo se tornem mais presentes e mais atuantes no mundo de hoje. [...] (ARQ. 20 fev. 1966. n.336. p.4).

Embora o monge vivesse no Rio de Janeiro, não seria sem motivo a publicação, que pode indicar atitudes semelhantes às descritas dentro da Arquidiocese. Durante esse mesmo ano de 1966, Dom Oscar escreve cerca de 13 artigos intitulados *O Seminário e o Concílio*, tendo sido promulgado em 1965 o decreto *Optatam Totius*, que reforma a formação sacerdotal.

O celibato sacerdotal também vinha sendo contestado após o Concílio⁵. Na própria Arquidiocese, alguns padres começaram a deixar o ministério para aderirem ao matrimônio. No jornal de número 331, edição de 16 de janeiro de 1966, trazia na manchete: *Esclarecimento do Sr. Arcebispo D. Oscar aos Arquidiocesanos*, em que, frente a julgamentos precipitados em relação a um sacerdote⁶ da Arquidiocese que deixou o ministério, reafirma a questão do celibato sacerdotal, inicia fazendo novamente uma crítica à imprensa sensacionalista e escreve:

A Igreja, visando a um bem espiritual, pela autoridade do Santo Padre, o Papa Paulo VI, desvinculou o Sacerdote [um sacerdote da arquidiocese de Mariana que o bispo não cita o nome], ante sua solicitação exarada de próprio punho, dos encargos e obrigações sacerdotais. De nossa parte, guardamos sigilo. Alguma insinuação por certo acendeu a pequenina chama ateadada pela imprensa sensacionalista, o que muito lastimamos.

⁵ Para ilustração: Em 1970, o Grupo Sacerdotal de 1958, que havia se formado no Seminário de Mariana, reunidos na cidade de Recreio, MG, assinaram um documento em que, entre outras coisas, propunha que a recitação da liturgia das horas não fosse obrigatória aos sacerdotes e o celibato fosse de caráter facultativo. Tratava-se de uma resposta frente ao número elevado de sacerdotes que haviam deixado o ministério em vista do matrimônio, por não compreenderem e assimilarem as novas mudanças na Igreja, propostas pelo Concílio. O documento foi assinado por 12 sacerdotes, alguns membros do clero de Mariana. (cf. GOMES, Eugênio Maria. **O filho de Maria:** biografia do Monsenhor Raul Motta de Oliveira. Belo Horizonte: O Lutador, 2014. p. 277ss.)

⁶ Tratava-se do caso do Padre e Deputado Pedro Maciel Vidigal, como ele próprio relata em seu livro *No seminário e no clero*. O casamento foi realizado em 12 de janeiro de 1966. (cf. VIDIGAL, Pedro Maciel. **No Seminário e no Clero – Memorial**. Belo Horizonte: Canal Zero. 1993. p. 589ss)

E notícias mais tolas têm sido divulgadas, acerca desse matrimônio que, segundo fantasiaram, iria ser celebrado em tal dia e na Catedral e com soleníssimo aparato, e que, no ato, o Sacerdote iria teatralmente depor no altar a sua batina.

Assistimos já à celebração desse matrimônio, de manhã bem cedo, em cerimônia privadíssima, no oratório particular de nossa residência, sem nenhuma testemunha, conforme ordem expressa da Santa Sé, à qual demos hoje conhecimento.

Mas devemos ainda levar aos nossos jurisdicionados alguns outros esclarecimentos. A Igreja *não abriu mão do celibato Sacerdotal*. Não vai permitir o casamento de outros padres. Se o tem concedido a um ou outro sacerdote do Brasil ou de qualquer parte do mundo, o tem feito por extraordinários e excepcionais motivos de ordem genuinamente espiritual. (ARQ. 16 jan. 1966. n.331. p.1)

No número de 25 de setembro do mesmo ano, o jornal trazia em sua capa um comunicado *Ao Revmo. Clero e fiéis da Arquidiocese de Mariana*, assinado pelo chanceler da cúria, Mons. João Denis Valle, comunicando o encerramento adiantado das aulas no Seminário Maior, rebatendo ao mesmo tempo uma notícia vinculada no Jornal *O Diário* de Belo Horizonte, que teria sido noticiada de maneira sensacionalista o fechamento da instituição. Esclarece o comunicado que:

O Seminário Maior encerrou mais cedo o curso letivo foi por confessarem a Diretoria e os Professores ao Sr. Arcebispo, no dia 2 do corrente mês [setembro], após se terem reunido em conselho, que lhes era de todo impossível manter o seminário, por falta de piedade, por falta de disciplina, por falta de obediência, por desinteresse pelos estudos sérios, por ideias contra o celibato sacerdotal de vários alunos, em completo desacordo com o Decreto conciliar '*Optatam Totius*' (ARQ. 25 set. 1966. n.367. p.1)

CONCLUSÃO

Em 30 de novembro de 1969, primeiro domingo do Advento, o novo rito da missa seria definitivamente implantado no mundo católico e na Arquidiocese. A partir de 1972, o Arquidiocesano passou a divulgar e enviar um suplemento litúrgico para as missas, intitulado *Missa Dominical* de responsabilidade da Arquidiocese (Carvalho. 1997. p.69).

Em 1989, Dom Oscar convocou um Sínodo Arquidiocesano para melhor adequação da Arquidiocese ao Concílio Vaticano II.

O Arcebispo participou ativamente das atividades conciliares, como nos mostra Rodrigues (2012. p. 102):

Somente da primeira das dez sessões públicas - a que se deu em 11-10-1962- e das primeiras trinta e seis sessões gerais, havidas dentro do primeiro período, não participou Dom Oscar, porque ausente. Não faltou, entretanto, às cento e trinta e duas

sessões das fases seguintes. Deixou de votar trinta e três vezes na primeira fase, mas votou quinhentas e cinco vezes, nas sessões posteriores.

Estava ciente, portanto, de suas responsabilidades quanto à implantação das reformas em sua Arquidiocese, usando de seu Mecanismo de comunicação oficial para transmitir os ensinamentos necessários, escrevendo extensos artigos, que deixamos de analisar para sermos mais sucintos.

No período que a pesquisa abrangeu (1962-1966), não foram encontradas manifestações contrárias ao Concílio no sentido conservador, mas foram observadas certas más interpretações progressistas que eram combatidas no periódico.

Enfim, nessa importante etapa da história da Igreja Universal, podemos observar também, através do Jornal O Arquidiocesano, profundas mudanças na Igreja Particular de Mariana. Muitos outros aspectos seriam passíveis de serem explorados, mas aqui nos contentamos em apresentar esse esboço para uma possível pesquisa mais larga.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESANO, O. Órgão oficial da Arquidiocese de Mariana. Mariana: Editora Dom Viçoso, 1962-1969.

CARVALHO, Côn. José Geraldo Vidigal de. **Dom Oscar, um apóstolo admirável**. Viçosa: Folha de Viçosa, 1997.

Constiuição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*. In. CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

Decreto *Apostolicam Actuositatem*. In. CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

Decreto *Presbyterorum Ordinis*. In. CONCÍLIO VATICANO II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

GUERRIERO, Elio. **O Vaticano II: história e significado para a Igreja** (Coleção Cadernos do Concílio-1). Brasília: Edições CNBB, 2023.

RODRIGUES, Mons. Flávio Carneiro. **O Báculo e a Mitra de Dom Oscar de Oliveira. Cadernos históricos do Arquivo Eclesiásticos da Arquidiocese de Mariana nº 7**. Mariana: Editora D. Viçoso, 2012.